
A historical map of Portugal, showing various regions and cities. The map is rendered in a light, faded style. Overlaid on the map is the text 'ESTE É O REINO DE PORTUGAL' in a large, serif font. The word 'REINO' is followed by a circular emblem containing a cross with a smaller cross in the center, which is the coat of arms of the Kingdom of Portugal. The text is centered vertically and horizontally on the map.

ESTE É
O
REINO 
DE
PORTU
GAL



SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Para quem quer fugir da rotina

TÍTULO: *Este é o Reino de Portugal*

AUTORIA: *José Brandão*

EDITOR: *Luís Corte Real*

Esta edição © 2013 Edições Saída de Emergência

REVISÃO: *Saída de Emergência*

COMPOSIÇÃO: *Saída de Emergência, em caracteres Minion, corpo 12*

DESIGN DA CAPA: *Saída de Emergência*

ILUSTRAÇÃO DA CAPA: *Saída de Emergência*

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: *Cafilesa - Soluções Gráficas, Lda.*

1.ª EDIÇÃO: *Março, 2013*

ISBN: *978-989-637-457-0*

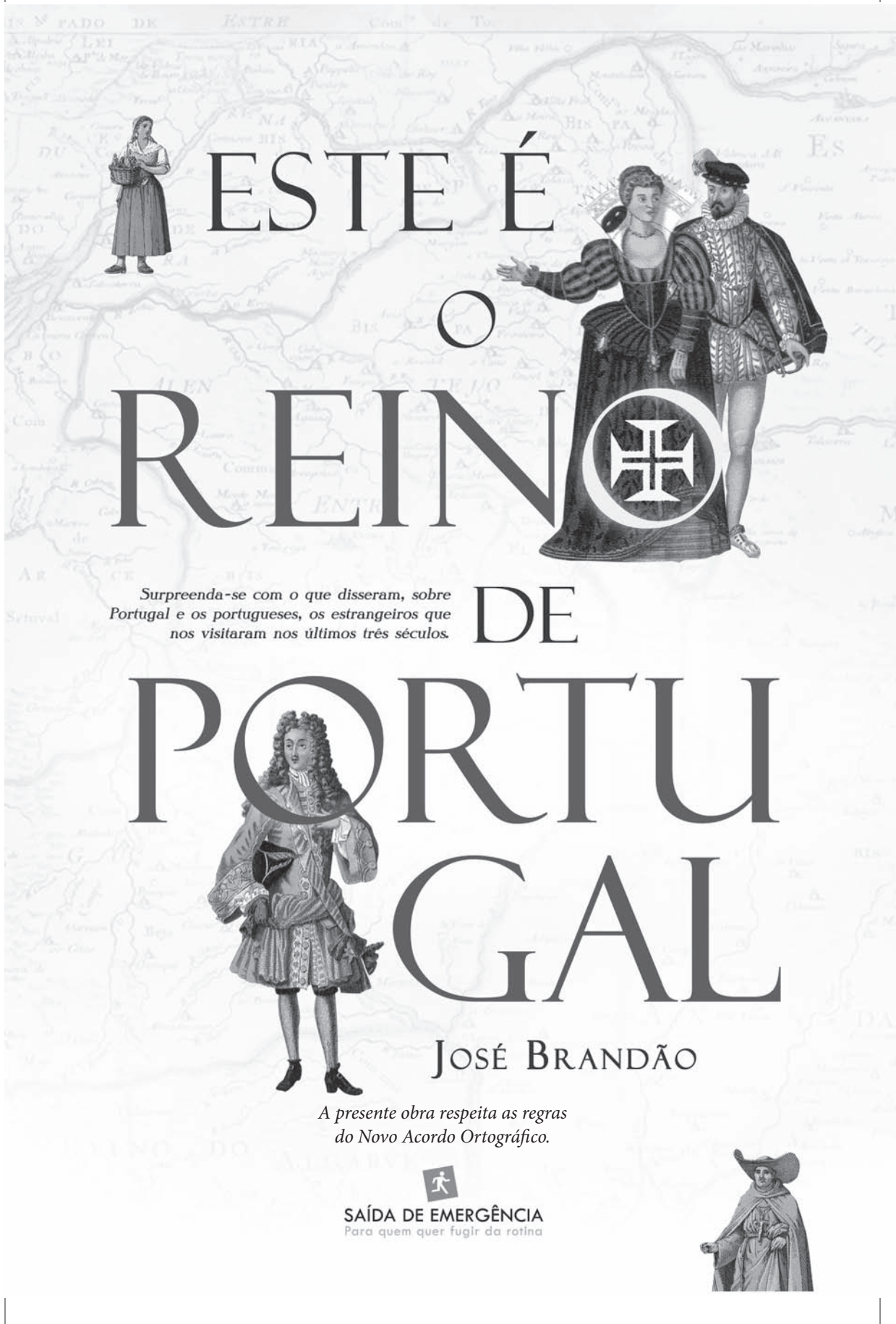
DEPÓSITO LEGAL: *353705/13*

EDIÇÕES SAÍDA DE EMERGÊNCIA

R. Adelino Mendes n.º 152, Quinta do Choupal, 2765-082 S. Pedro do Estoril, Portugal

TEL E FAX: *214 583 770*

WWW.SAIDADEEMERGENCIA.COM



ESTE É

O

REINO



Surpreenda-se com o que disseram, sobre Portugal e os portugueses, os estrangeiros que nos visitaram nos últimos três séculos.

DE

PORTUGAL



JOSÉ BRANDÃO

A presente obra respeita as regras do Novo Acordo Ortográfico.



SAÍDA DE EMERGÊNCIA
Para quem quer fugir da rotina



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	9
SÉCULO XVII (1676-1699)	13
DE GOA A LISBOA 1676-1677	19
MEMÓRIAS DE LADY FANSHAWE	35
ITINERÁRIO EM PORTUGAL 1699	45
SÉCULO XVIII (1700-1750)	59
DESCRIÇÃO DA CORTE DE PORTUGAL NO REINADO DE D. PEDRO II	67
MEMÓRIAS INSTRUTIVAS SOBRE PORTUGAL 1723-1726	73
DO CAIA AO PAÇO DA RIBEIRA 1729	87
DESCRIÇÃO DA CIDADE DE LISBOA 1730	97
CARTAS ESCRITAS DE LISBOA NO ANO DE 1730	111
SÉCULO XVIII (1750-1800)	123
PORTUGAL EM 1760 — CARTAS	135
UMA MISSÃO DIPLOMÁTICA 1763-1766	149
PORTUGAL, A CORTE E O PAÍS NOS ANOS DE 1765 A 1767	159
CARTAS DE PORTUGAL 1778-1779	171
VIAGENS ATRAVÉS DE VÁRIAS PROVÍNCIAS DE ESPANHA E PORTUGAL	187

CARTAS DE UM VIAJANTE FRANCÊS A UM SEU AMIGO RESIDENTE EM PARIS — 1784	195
DIÁRIO DE WILLIAM BECKFORD EM PORTUGAL E ESPANHA	213
MEMÓRIAS DE ISABEL CRAVEN, PRINCESA DE BERKELEY — 1791	225
PANORAMA DE LISBOA NO ANO DE 1796	231
CARTAS PARTICULARES DE ROBERT SOUTHEY	255
NOTAS DE UMA VIAGEM A PORTUGAL ATRAVÉS DE FRANÇA E ESPANHA	263
SÉCULO XIX (1800-1853)	273
VIAGEM EM PORTUGAL 1798-1802	279
LISBOA NOS ANOS DE 1821, 1822 e 1823	297
CARTAS DE LISBOA — 1822	313
PORTUGAL. RECORDAÇÕES DO ANO DE 1842	327
SÉCULO XIX (1861-1889)	341
UMA VISITA EM PORTUGAL EM 1866	347
PORTUGAL DE RELANCE	361
SÉCULO XX (1908-1910)	379
UM POVO SUICIDA	383
BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL	395
BIBLIOGRAFIA AUXILIAR	397

*Portugal e os Portugueses Vistos
por Viajantes Estrangeiros*

(SÉCULOS XVII, XVIII, XIX E XX)

APRESENTAÇÃO

O que o leitor tem nas suas mãos é uma antologia de relatos de viagens de autores estrangeiros que visitaram Portugal entre o final do século XVII e princípios do século XX.

ESTE É O REINO DE PORTUGAL — Portugal e os Portugueses Vistos por Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVII, XVIII, XIX e XX resulta de um trabalho de investigação e, simultaneamente, de síntese de alguns dos mais importantes relatos de viagens a Portugal realizados durante o referido período.

É uma obra que proporciona um acesso penetrante à história das viagens em Portugal fazendo-nos sentir o colorido próprio daqueles tempos ao retratar com vivacidade e pormenor aspetos concretos do dia-a-dia, hábitos, tradições, costumes, mentalidades e comportamentos.

Na segunda metade do século XVII já se observavam relatos de viajantes estrangeiros de visita ou passagem por Lisboa. Todavia, é sobretudo depois do terramoto de 1755 que a capital portuguesa despertou a curiosidade de diversos estudiosos europeus. Muitos publicaram as suas observações sobre o território e a sociedade lusa, tornando a literatura de viagens uma excelente fonte de informação sobre a realidade social, cultural, económica e política da época.

A Península Ibérica era, nessa altura, algo de desconhecido que instigava a curiosidade dos europeus cultos, famintos de exotismo.

Ingleses, italianos, franceses, alemães, suecos e outros estrangeiros ru-mavam no alcance da terra lusa, percorrendo grandes distâncias e passando por todo o tipo de peripécias. Chegar até Portugal no século XVII e mesmo no século XVIII era uma façanha absolutamente corajosa. Para os que partiam da Inglaterra, o cruzamento do Canal da Mancha constituía parte realmente crítica da viagem. Ventos, ondas altas e cais precários tornavam o embarque e o desembarque uma aventura aterrorizante, acompanhada por náuseas, vômitos, sustos e até ferimentos na troca de embarcações maiores por barcos menores, necessários em face de ancoradouros inadequados para as embarcações de maior porte.

O que viam esses homens no Portugal desses tempos e como observavam os Portugueses dessas eras é o propósito central deste trabalho que apresenta testemunhos de diferentes viajantes estrangeiros que escreveram sobre este país e o seu povo.

Nos textos desses autores estrangeiros revemos elementos de nós próprios, alguns dos quais conhecemos e outros que nos são menos familiares.

Dos viajantes estrangeiros que vieram a Portugal, principalmente na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX, alguns descreveram o nosso país e o seu povo em grande pormenor.

Contudo, a imagem de Portugal e do povo português que alguns viajantes estrangeiros deixaram a correr mundo nem sempre é genuína e nalguns casos nem sequer é provável.

O estudo dos chamados relatos de viagens tem de ter em conta a origem e formação dos autores, pois é evidente que esses elementos condicionam os temas que lhes chamam a atenção e a avaliação que deles fazem. É também importante a razão pela qual vieram a Portugal, muitas vezes simplesmente como complemento de uma viagem a Espanha, ou no âmbito do chamado *Grand Tour* que inicialmente apenas incluía a França e a Itália e que traz um novo tipo de viajante.

Quem são estes viajantes que vêm de locais diferentes, e porque vêm?

Tratava-se de um viajante dispondo acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registadas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura.

O *grand tourist* não viajava de trem nem em embarcações a vapor, conforme já o fazia o viajante do século XIX, mas sim a pé ou transitando em estradas ruins ao lombo de animais de carga ou em carroças desengonçadas e carruagens duras. Nos caminhos estreitos, cortados junto a montanhas íngremes, longas filas de mulas carregadas ajustavam-se em passagens cuja largura às vezes não excedia pouco mais de 50 centímetros. As estradas eram de terra ou de pedra, muitas vezes não mais do que apenas caminhos lamacentos, ainda não trilhados, com rumo às montanhas.

As estradas, além de precárias, eram infestadas de ladrões e contrabandistas. Mas o lugar dos chantagistas era, sobretudo, Roma, onde havia muitos charlatães sempre prontos a iludir viajantes entusiasmados com a venda de coisas sem valor, como obras de pintura de artistas célebres — falsificadas. Os ingleses, que eram sabidamente os mais ricos viajantes, eram igualmente os mais atraídos para negócios falsos. Carregadores desonestos, por sua vez, desapareciam com malas e bagagem do viajante. Além de todos esses problemas, havia frequentes riscos à segurança do viajante: os assassinatos eram corriqueiros, e, não raro, pessoas eram mortas à facada.

Mas, apesar de todas as dificuldades, eram cada vez mais os que escolhiam viajar rumo à aventura procurando conhecer outros países e outros povos.

A segunda metade do século XVIII foi fértil em despertar o interes-

se de viajantes. Os relatos de viagem a Portugal conheceram nesse tempo grande expansão.

Ao longo dos anos, os autores, de diferentes nacionalidades, foram chegando a Portugal com intuítos e motivos muito diversos e deixando testemunho do que observaram em textos de grande variedade literária. O grupo mais numeroso é o dos autores procedentes das Ilhas Britânicas. O *Grand Tour* tornara-se praticamente indispensável na formação de jovens da aristocracia e da alta burguesia britânicas.

Com o aumento do número de viajantes a partir do século XVIII, Portugal torna-se local de passagem e de residência de muitos participantes do *Grand Tour*, com grande parte a não resistir à tentação de dar a conhecer as suas impressões através da escrita.

Porém, dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre Portugal, poucos foram aqueles que percorreram o país viajando e não apenas circulando. Alguns deles não saíram de Lisboa e dos seus arredores.

Nos seus escritos queixam-se de tudo um pouco.

Queixam-se, por exemplo, do mau estado das estradas portuguesas, onde as havia, e da sua falta onde só existiam caminhos.

São queixas que quase ignoram o que se passa no resto da Europa onde apenas a França no último quartel do século XVIII apresentava uma rede de estradas, bem pavimentadas.

Das hospedarias queixam-se todos, esquecendo o que certamente sofreram noutros países por onde andaram e até nos seus próprios, onde nas hospedarias não faltavam legiões de pulgas vorazes que tornavam a cama num inferno, conforme relatos locais.

Como refere Castelo Branco Chaves no seu estudo *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projeção Europeia*: «Incorreta, insuficiente, deturpada, malevolente — a imagem da nação portuguesa que se divulgou no século XVIII pelos livros dos viajantes estrangeiros em Portugal foi a que ficou, até que a evolução dos acontecimentos políticos e sociais na Europa a modificou ou deliu... (...)

Em resumo: na obra desses viajantes os portugueses são apodados de:

Vaidosos e impostores; Altivos e arrogantes; Hipócritas; Vingativos; Ignorantes; Velhacos; Traíçoeiros; Desonestos; Pedinchões; Inconstantes; Supersticiosos; Fanfarrões; Sensuais; Ciumentos; Preguiçosos.»

«Para descrédito de um povo, foi o suficiente e o bastante. É certo que muitos deles atribuíram ao clero as causas destes defeitos. Outros culparam também as instituições e a forma de governo — mas nem por isso o povo português ficou mais digno aos olhos da Europa. Alguns poucos viajantes que, ao finalizar o século XVIII, mais intimamente o conheceram e cons-

cienciosamente o apreciaram, tentaram refutar as calúnias e emendar os erros. Mas a imagem estava modelada e por várias vias fora posta a correr.»

Em suma, escrever um livro de viagens nem sempre é tarefa fácil e isenta. Neste universo literário, o plágio é praticamente inevitável. É raro o viajante que não lê literatura de viagem sobre o país que tenciona visitar, não só antes de empreender viagem, mas também durante a estada.

Os autores (viajantes) que integram a presente obra são do melhor e do pior do que por cá andou e sobre o que viram e o que não viram deixaram testemunho escrito.

William Beckford, J. B. F. Carrère, Carl Israel Ruders, Giuseppe Baret-
ti, José Gorani, Arthur William Costigan, José Pecchio, Hans Christian An-
dersen, Marianne Baillie, Maria Rattazzi, Miguel Unamuno são alguns dos
26 viajantes que visitaram Portugal e que constam na presente antologia.

Os escritos destes autores revestem-se de grande importância, uma vez que nos permitem ter um conhecimento de como o país era visto pelos viajantes estrangeiros e quais as características dos seus habitantes.

Portugal como país, com o seu povo, a sua política e a sua arte, mereceu atenções que de outra maneira poderia nunca ter tido.

Recorrendo ao testemunho de autores reconhecidos, procurou-se aliviar tanto quanto possível o texto, quer eliminando notas dispensáveis, quer evitando terminologia especializada ou repetida.

Quanto à escolha do período em que decorre a exposição dos textos desta antologia, importa dizer que assenta num critério cronológico que teve em conta que é a partir da segunda metade do século XVII até à primeira metade do século XX que sucedem os melhores relatos sobre Portugal e os Portugueses.

É desses relatos que vamos dar conta nas próximas páginas.

SÉCULO XVII (1676-1699)

D. AFONSO VI — D. PEDRO II

Reinava em Portugal **D. Afonso VI** quando o primeiro testemunho desta antologia, (*De Goa a Lisboa*, de Charles Dellon), é conhecido.

Afonso VI é um misto de loucura e tragédia. Com 13 anos de idade, Afonso assume o trono de Portugal. No entanto, fá-lo sob a regência da rainha sua mãe, uma vez que o novo rei continuava a sofrer de graves diminuições físicas e mentais que se acentuavam com o passar do tempo.

Afonso é um rebelde, é um arruaceiro e, a cada passo que dá, demonstra que não está preparado para governar o país.

Débil mental, D. Afonso folgava em tratar com pessoas de baixa condição, e em se entregar a divertimentos indignos da sua condição. Ia para as janelas do paço, que deitavam para o pátio da capela, ver os rapazes que se juntavam ali, jogando à pedrada. Este pátio era cercado de arcadas, onde estavam estabelecidos mercadores com as suas tendas. Divertiam-se todos em combates de estouvados, primeiro no paço, depois no próprio terreiro, em público. Aquele bando ignóbil não abandonava nunca o rei. Percorriam todos a cidade, de noite, apedrejando janelas, investindo contra os transeuntes. A incapacidade física de D. Afonso tornava ainda estas cenas mais repulsivas.

A rainha regente não sabia como impedir semelhante viver e quis abandonar a regência quando D. Afonso completou 18 anos. O Conselho de Estado, porém, pediu-lhe que tal não fizesse.

Na corte de D. Afonso VI faltava a elevação e gravidade que naturalmente derivam da autoridade de um monarca prestigioso. Procurando cada um aproveitar a incapacidade de el-rei em benefício das próprias ambições, em breve se encontrou a corte envolvida numa atmosfera de intrigas e rivalidades de que nasciam incidentes desairosos.

O irmão do rei, D. Pedro, conluiado com a cunhada, com a nobreza e o clero, força a queda do rei.

D. Afonso VI viu-se obrigado a anuir a tudo quanto dele exigiam, declarou que desistia do governo do reino, e até abdicaria a favor do seu irmão contanto que o deixassem viver sossegado.

Em 1667 o irmão do rei, o Infante D. Pedro, toma o poder com o pretexto de que era esta a vontade do senado lisboeta. D. Afonso fica então com o cargo de curador e governador do reino até que, nas Cortes de 1668, D. Pedro legitima parte do seu poder e envia o irmão para a ilha Terceira, nos Açores.

Em 1673, foi o desgraçado D. Afonso transferido para o palácio de

Sintra. E, em 12 de setembro de 1683, faleceu naquele palácio, quase repentinamente, dum ataque apoplético, estando a ouvir a missa.

A SOCIEDADE PORTUGUESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

Na época a que se referem os primeiros relatos desta antologia, (1676-1699), Portugal via-se a braços com várias frentes de batalha que lhe ia esgotando os recursos. As guerras encontravam-se espalhadas por todo o Império e, num esforço para o conservar Portugal, teve de marcar a sua posição e tentar recuperar as cidades perdidas, o que significava organizar armadas, que obrigavam a um pesado encargo financeiro e consequente apoio em empréstimos.

Por volta de 1655, as possessões na Índia reduziam-se a seis praças, sem qualquer relevância em termos económicos ou políticos. Entre 1650 e 1660 deu-se o inevitável fim do Império Português do Oriente, com a Holanda e a Inglaterra a alcançarem uma posição bem consolidada na Índia, a partir de 1640, com a conquista da maioria dos pontos-chave do comércio asiático que tinham pertencido a Portugal.

No século XVII, grande parte da população portuguesa emigrava para o Brasil e para a Índia deixando Portugal a braços com falta de gente para trabalhar na agricultura onde começou a cultivar-se o milho, trazido da América.

Relativamente à agricultura, registava-se, na primeira metade do século XVII, um grande número de terras incultas, que foram aumentando ao longo da centúria. A cultura de cereais encontrava-se tradicionalmente mergulhada numa crise com características de longa duração. Se é certo que o país não apresentava as condições climatéricas ideais para a prática de outro tipo de cultura, também é verdade que não existiam nem condições técnicas nem de circulação. Assim, o grande volume de importações de cereais que já vinha do século XIV irá intensificar-se ainda mais a partir do início do século XVII.

A indústria, por seu turno, andava ao sabor da crise, manifestando tendências curiosas. A partir de 1675, verificou-se uma grande tentativa de debelar a crise agudizada pela importação em larga escala de produtos estrangeiros. Este movimento anormal de importações, iniciado em 1640, deve-se à assinatura de tratados comerciais com a França, os Estados alemães e a Inglaterra. Ora, devido à difícil conjuntura financeira que Portugal atravessava, tornou-se impossível dar cumprimento ao pagamento das importações.

O país da Europa que viria a auferir de maiores privilégios com a situação de crise económica, política e militar generalizada em Portugal, imediatamente a seguir à Restauração, foi a Inglaterra, fruto das alianças

celebradas em 1642, 1654 e 1661 que implicavam acordos militares. Naturalmente que o auxílio militar obrigava a contrapartidas que se traduziram na abertura das nossas estruturas económicas à participação inglesa.

No fim dos anos 70, o sistema comercial entrou em colapso. Relativamente aos produtos internos, Portugal teve de contar com a forte concorrência de espanhóis e franceses, sobretudo no comércio do vinho, que apresentavam produtos mais baratos provocando o desinteresse britânico pelos nossos vinhos. O vinho só viria a ser comercializado em grande escala quando a Inglaterra entrou em guerra com a França, proibindo a importação dos seus produtos, o que abriu novas oportunidades a Portugal. A falta de prata americana em Espanha entre 1670 e 1680 também teve efeitos na nossa economia, porque os holandeses, principais clientes do nosso sal, deixaram de o comprar precisamente porque não tinham a prata que iam buscar a Espanha e que servia de meio de troca.

O comércio externo encontrava-se em crise acentuada na segunda metade do século XVII.

Em Lisboa e nas principais cidades do litoral a vida tornou-se mais aliciante do que nos campos. Nas cidades as pessoas dedicavam-se especialmente à pesca e ao comércio.

A alimentação da população com menos recursos era o pão, o bacalhau, a sardinha, os legumes e as frutas. Isto quando havia, o que nem sempre acontecia.

Os fidalgos, por seu turno, comiam carne, peixe e doces. Bebiam vinho e cerveja. Aqui a mesa era farta.

Tal como na alimentação, também no vestir eram grandes as diferenças entre os pobres e os abastados.

O vestuário dos homens do povo compunha-se de um simples casaco até meio da perna, apertado na cintura com um cinto largo; na cabeça usavam um grande chapéu de abas largas; alguns calçavam sapatos e meias altas. As mulheres usavam manto para sair, traziam uma saia e, por cima desta, um saiote e uma casaquinha.

Os fidalgos usavam calções largos e uma jaleca com mangas que só chegavam ao cotovelo.

Nos dias de festa os trajos eram compostos por casacas bordadas a ouro e chapéus de plumas. As senhoras e os homens usavam cabeleiras postiças.

As senhoras apresentavam vestidos compridos de seda, com saias de grande roda e mangas largas, bordadas a diamantes.

Na habitação persistiam as diferenças.

A habitação dos nobres, os palácios, tinha três andares, com grandes salões e quartos, janelas com varandas, azulejos nas salas e escadas.

Os móveis eram em pau-santo, sândalo, nogueira ou carvalho.

Até nas diversões cada um tinha as suas preferências: os divertimentos do povo eram as romarias e as procissões. Os fidalgos divertiam-se com as touradas, passeios a cavalo, caçadas, representações teatrais, etc.

A SOCIEDADE EUROPEIA DO SÉCULO XVII

Na Europa Ocidental, cerca de 80% da população é essencialmente agrícola. A média de vida situa-se entre os 30 e os 40 anos. A mortalidade infantil atinge uma criança em cada quatro. São vulgares as famílias numerosas. Deploráveis condições de higiene, carências de toda a ordem, epidemias como a peste, e guerras frequentes contribuem para o agravamento das dificuldades da vida quotidiana, particularmente nas zonas rurais.

O pagamento dos impostos, a estagnação das técnicas agrícolas, a fome e as epidemias não explicam por si só a miséria de vida dos camponeses. As desordens contínuas dos soldados, a falta de coesão da sociedade rural dividida em lavradores, rendeiros, caseiros, criados e serventes agrícolas, o aumento incessante dos impostos e a eventual chamada dos camponeses ao serviço militar, contribuem também muito para essa miséria. As revoltas camponesas, muito frequentes, são duramente reprimidas. Durante a primeira metade do século XVII, o meio rural europeu foi assolado por uma vaga de tumultos. Os camponeses insurgiram-se de forma viva contra as imposições fiscais, cada vez mais opressoras, uma vez que a conjuntura económica assim os obrigava em muitos locais.

Muitas destas revoluções tiveram subjacentes motivações políticas ou até religiosas, mas a conjuntura económica do século é, sem dúvida, um elemento determinante. Por um lado, a Europa vivia um período de instabilidade monetária devido à falta de prata, o material cunhável mais corrente, o que conduzia a uma alta de preços. Por outro lado, os preços também subiam devido a sucessivos maus anos agrícolas provocados por profundas alterações climáticas.

Ao mesmo tempo, os grandes Impérios, francês e espanhol, envolveram-se em confrontos, levando a um aumento de impostos e agravando ainda mais a situação das classes empobrecidas e famintas.

O ABSOLUTISMO

No final da Idade Média (séculos XIV e XV), ocorreu uma forte centralização política nas mãos dos reis. Nesta época, o rei concentrava

praticamente todos os poderes. Criava leis sem autorização ou aprovação política da sociedade. Criava impostos, taxas e obrigações de acordo com os seus interesses económicos. Agia em assuntos religiosos, chegando, até mesmo, a controlar o clero em algumas regiões.

Todos os luxos e gastos da corte eram mantidos pelos impostos e taxas pagos, principalmente, pela população mais pobre. Os reis usavam a força e a violência dos seus exércitos para reprimir, prender ou até mesmo matar qualquer pessoa que fosse contrária aos interesses ou leis definidas pelos monarcas.

Quando sobe ao trono em 1661, Luís XIV reina como um monarca todo-poderoso («O Estado sou eu»). Considerando-se como o braço-direito de Deus na terra, Luís XIV encarna o poder absoluto e é alvo de um verdadeiro culto. As suas ordens são transmitidas na província pelos intendententes. Não receia escolher os seus homens de confiança entre a burguesia, mais ambiciosa do que a nobreza. A etiqueta regulamenta a vida do rei e da sua corte, instalados no Palácio de Versalhes, símbolo do poder absoluto do «rei sol».

O absolutismo prevaleceu nos países da Europa, na época do Antigo Regime (séculos XVI ao XVIII).

Durante o século XVII, o comércio externo continua a ser o sustentáculo da economia portuguesa e mantém o papel de redistribuidor do tráfico oriental para a Europa. No início de seiscentos, esse tráfico ainda era rentável, mas rapidamente entrou em decadência. O volume de mercadorias decresceu e as possessões orientais portuguesas eram constantemente vítimas dos ataques das potências europeias com interesses económicos nos territórios.

A ocupação espanhola deixara Portugal destroçado, o seu vasto Império é abandonado, instalando-se na sociedade um clima de intolerância religiosa.

A Igreja católica organiza-se para lutar contra a indiferença religiosa da época, contra o protestantismo, o racionalismo dos intelectuais e a libertinagem.

A Inquisição persegue e mata milhares de pessoas acusadas de heresia. Lisboa, durante largos anos, é associada ao obscurantismo e ao fanatismo religioso, uma imagem que contrasta com o seu passado de abertura ao mundo.

O primeiro relato desta antologia é precisamente de um condenado pela Inquisição de Goa a cumprir a pena de cinco anos de trabalhos forçados.

DE GOA A LISBOA 1676-1677

CHARLES DELLON



«É bastante conhecida a ostentação dos
Portugueses, principalmente quando se trata de
embelezar os templos e solenizar o culto, que
então a nada se poupam.»
CHARLES DELLON, 1676

NOTA INTRODUTÓRIA

«Charles Dellon veio a Portugal muito contra a sua vontade e na pior das condições possíveis; desembarcou em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1676, carregado de ferros, com destino à Galé onde fora condenado pela Inquisição de Goa a cumprir a pena de cinco anos de trabalhos forçados. No auto-de-fé realizado em Goa, no dia 12 de janeiro desse mesmo ano, figurara como herético.

(...)

Até à altura a que se reporta a sua narrativa na Relation, Dellon conhece as prisões de Damão, Baçaim e Goa. Assim as descreve: “A prisão de Damão fica a nível inferior ao do rio próximo, o que a torna húmida e malsã (...) as paredes são espessas e ocupa duas grandes salas, uma subterrânea e outra no piso superior: os homens estão na de baixo e as mulheres na de cima. A maior tem 40 pés de comprimento e 15 de largura e a outra tem dois terços destas dimensões. Nesse espaço encontrávamo-nos cerca de 40 homens e não havia qualquer local para satisfazer as necessidades ordinárias, pelo que o compartimento tinha de ser baldeado; as águas, acumulando-se, formavam uma espécie de charco. As mulheres, no seu andar, não tinham melhores cómodos, a não ser a vantagem de as águas se escoarem pelas figas das tábuas do sobrado para a nossa prisão onde todas as águas ficavam estagnadas.” Da prisão de Baçaim diz: “É maior e menos suja que a de Damão.”

A prisão de Goa é por ele classificada como a mais suja, a mais obscura e a mais horrenda de todas as que havia conhecido e não crê que possa haver outra mais fedorenta e mais repugnante: é uma espécie de cave onde só por uma pequena fresta penetra a luz do dia, mas onde não passa o mais fraco raio de sol. O fedor é extremo, porque não há outro lugar para satisfazer as necessidades dos prisioneiros senão um poço aberto no chão, a meio da casa, onde não é possível aproximar-se alguém por causa dos dejetos que o circundam.»

«... O autor narra a sua partida de Goa, estada em S. Salvador, no Brasil, de-
sembarque em Lisboa e os seis meses que aqui permaneceu, preso na Galé.

O âmbito do relato desta estada de Dellon em Portugal, mais precisamente em Lisboa, é restrito, o que se explica pelas condições em que andou pela cidade, ou carregado de ferros e acompanhado por um guarda, na procura de compatriota que lhe valesse, ou, já perdoado, na ânsia e trabalhos de arranjar barco que daqui o levasse, quanto antes, para o seu país.

O que conheceu e descreveu de Lisboa foi pouco e pode bem dizer-se que nunca se afastou do que então era o centro da cidade. No entanto, se foi pouco o que viu, o que deixou relatado tem valor documental, principalmente a descrição da prisão da Galé e da vida dos forçados, de cuja sorte participava. O padre Fabre, confessor da rainha, velava por ele e protegeu-o até à partida para França, afiançando-o de seu bolso. (...)

Apesar de perseguido, preso e condenado pela Inquisição a uma pena infamante, não deixou Portugal a dizer mal da terra e das gentes, ao contrário de outros que aqui foram bem recebidos e melhor tratados. As suas queixas, ao fim, feitas as contas, limitaram-se a um suspiro de alívio...» pp. 11-15, 163

Castelo Branco Chaves

CAPÍTULO I

PARTIDA DE GOA. CHEGADA AO BRASIL: BREVE DESCRIÇÃO DESTA TERRA

«Fui conduzido, com grilhetas nos pés, à nau que se encontrava na enseada pronta a partir para Portugal; confiaram-me ao mestre da tripulação que ficou encarregado de me entregar à Inquisição de Lisboa.

Logo que o capitão recebeu os últimos despachos, levantou âncora, em 27 de janeiro de 1676, e nesse mesmo dia tiraram-me a grilheta. A viagem foi feliz até ao Brasil, onde chegámos no mês de março. Logo que se fundeu na Baía de Todos os Santos, o mestre, a cuja responsabilidade eu vinha entregar, levou-me para terra, conduziu-me ao palácio do governador e daí à prisão pública, onde me entregou ao carcereiro.

Permaneci nesta prisão todo o tempo que a nau demorou no porto, mas por mercê de alguns amigos que eu tinha feito neste país, gozei durante o tempo que ali estive da liberdade de poder sair durante o dia e só de noite ficar encarcerado.»

...

«Em todo o Brasil o clima é temperado e aprazível, os ares são puros, a terra

fértil e por toda a costa são frequentes os bons ancoradouros onde os navios podem ficar em segurança.

Os naturais do Brasil não são negros, mas também não são completamente brancos, tendendo principalmente para o vermelho. São bem-feitos de corpo, usam os cabelos compridos e, embora não tenham o rosto disforme, têm uma expressão de ferocidade, que se não pode bem definir, mas que os assemelha muito à dos tártaros setentrionais. São muito aguerridos, o que os torna cruéis para os prisioneiros que fazem, os quais matam e comem.

Em muitos sítios do Brasil, os homens e as mulheres andam nus, mas desde que os Portugueses tomaram posse do país, aqueles que com eles têm convivido, têm, pouco a pouco, tomado o hábito de se vestirem, perderam o costume de comer carne humana, havendo muitos que se fizeram cristãos. Os portugueses têm acasalado com mulheres do Brasil, pelo que acontece haver hoje ali mais mestiços que portugueses puros.»

«Como todo o Brasil é frequentemente regado por chuvas, as pastagens são muito boas e facultam facilmente a alimentação de grande quantidade de gado, e acresce também que nenhuma parte do mundo é banhada por tão excelentes rios como a América.

No Brasil facilmente o homem se apercebe desta liberalidade da natureza; a abundância de água não só fertiliza as terras, como também a abundância de peixes que há no mar favorece a alimentação das populações vizinhas das costas.»

«O Brasil tem a particularidade de ninguém aqui atingir a grande miséria — aquela que obriga a esmolar o pão. Os desgraçados que aqui chegam, vindos de países longínquos, por mais incapazes que se encontrem para trabalhar, nunca são deixados ao abandono pelas pessoas que têm de seu, constituindo ponto de honra para todos o acolherem em suas casas os miseráveis que ali abordem, havendo casos em que os senhores de qualidade sustentam em suas casas um número avultado de inválidos, sem de tal sequer terem conhecimento, pois os seus capatazes têm ordem para, sem prévia autorização, acolherem e sustentarem quem se apresente a pedir abrigo.

A cidade de São Salvador é a capital de todo o Brasil, está situada no 13º grau de latitude meridional e foi construída ao fundo da baía, no lado norte.»

«Em São Salvador residem ricos comerciantes de todas as nações e a prosperidade que tem mantido até hoje o seu comércio, bem como todo o do restante Brasil, deriva da oposição que os seus habitantes têm feito ao estabelecimento da Inquisição que não tem sido possível levar a efeito ali, apesar das muitas diligências dos oficiais do Santo Ofício.

Outrora, havia nesta cidade um bispo, mas desde que São Salvador foi elevada a arcebispado, tornou-se metrópole de todas as dioceses dos domínios do rei de Portugal desde o Trópico de Câncer até ao cabo da Boa Esperança.

Da Guiné, de Angola e de outros lugares de África são levados para o Brasil grande número de escravos, que são vendidos publicamente em mercados como se fossem animais. Estes escravos são empregados nos trabalhos mais pesados e tratados da maneira mais cruel que aquela que os corsários dão aos prisioneiros cristãos. Aqueles, porém, que conseguem as boas graças do seu dono são dispensados dos trabalhos mais violentos, ficando encarregues das funções domésticas, mais leves; acompanham os seus senhores à cidade e ajudam aos transportes. Cadeiras e palanquins não se veem neste país, e muito menos coches. Quanto a cavalos, existem muito poucos. As pessoas abastadas fazem-se transportar, tanto na cidade como no campo, em *hamaos*, uma espécie de redes com o comprimento de cerca de sete pés e com a largura de quatro, que vai pendurada por dois lados num grosso tronco. Dois escravos carregam este engenho, apoiando as extremidades da viga nos ombros, enquanto outros escravos, empunhando guarda-sóis, cobrem de sombra quem vai deitado na rede.

A não ser pelos navios que por acidente ou necessidade de abastecimento sejam obrigados a aportar no Brasil, as comunicações regulares com a metrópole são feitas anualmente, pelo menos, por uma numerosa frota que parte de Portugal e que, ao atingir a linha, se divide em várias esquadras, seguindo uma para o Rio de Janeiro, outra para Pernambuco e, a maior, para São Salvador. A corte de Portugal faz sempre acompanhar estas esquadras por navios de guerra, que escoltam os navios mercantes carregados com grandes quantidades de mercadorias da Europa, necessárias aos habitantes do Brasil. Logo que os navios estejam (de novo) carregados e as tripulações suficientemente refeitas, todas as esquadras voltam a reunir-se em certo ponto previamente escolhido e daí se fazem à vela, conjuntamente, de regresso a Lisboa. Assim os comerciantes estão menos expostos aos assaltos dos corsários que não desistem de os aguardar, na esperança de surpreenderem algum navio que por imprudência ou desventura se afaste do corpo da esquadra.

Pouco depois da minha chegada à Baía de Todos os Santos, a esquadra que vinha de Portugal ancorou também ali. Trabalhou-se então apressadamente a carregar todos os navios e a pô-los em estado de se fazerem ao mar, levando-nos também, para o que estávamos preparados desde agosto.

Nos começos de setembro fizeram-me embarcar para Lisboa. Esta última viagem, porém, não foi tão tranquila como a que havíamos feito da Índia para a Baía.» pp. 21-26

...
CAPÍTULO II
SUCESSOS DURANTE A VIAGEM.
CHEGADA A LISBOA

«Logo nos primeiros dias de viagem, tivemos os ventos contrários e foi com muita dificuldade que se dobrou o cabo de Santo Agostinho, levando mais de quinze dias a fazer o que, com tempo normal, se teria feito em três ou quatro.

Apesar de não nos encontrarmos tão bem alimentados como durante a viagem de Goa, comendo nesta apenas *cassave* e carne salgada ou fumada e só bebendo água, os casos de doença foram poucos e de morte apenas três ou quatro. Não ponho por isso em dúvida que o uso frequente do açúcar, que cada um de nós dissolvia na água, a *cassave* e a abundância de frutas de compota com que nos havíamos abastecido no Brasil, contribuíram em muito para nos defender da cruel doença chamada escorbuto, porque nos alimentou o calor natural, cujo enfraquecimento, observando bem, é a causa única de tal doença.

A tripulação da nossa nau havia ficado muito fatigada da viagem de Goa para o Brasil, e apesar de todos os cuidados que se haviam tomado para impedir as doenças, poucos tiveram a felicidade de não sentirem alguns sintomas, encontrando-se a maior parte dos tripulantes num estado deplorável ao chegarem a terra. Pelo caminho faleceram 30 homens. Na viagem do Brasil para Portugal gozou-se de uma melhor saúde, mas as frequentes tempestades que tivemos de suportar e nos puseram à beira da morte impediram-nos de gozar em paz o bem da saúde, e ainda a infelicidade de assistirmos à morte de dois homens que caíram ao mar, sem ter havido possibilidade de os socorrer.

No trajeto avistámos a ilha Fernando de Noronha; é pequena e tem o nome daquele que a descobriu. É inabitável, embora se diga que noutra tempo se ia ali fazer aguada. Acrescenta-se, porém, que se tornou inabitável depois de os ingleses ali terem deixado, de propósito ou por acaso, cães de fila que se foram multiplicando e tornaram tão ferozes e selvagens que ali impedem o desembarque.

Continuámos a nossa rota até às alturas das ilhas dos Açores, onde os Portugueses se haviam estabelecido há muito tempo e donde tiram a maior parte do trigo que se consome em Portugal. A ilha mais importante deste arquipélago é a Terceira, onde o rei D. Afonso residiu numa espécie de exílio, até que D. Pedro, seu irmão, no receio de que os Espanhóis ali o fossem raptar, o transferiu de lá para Lisboa e daí para o Paço de Sintra, onde ficou encarcerado até à morte.

Ainda se pensou em fundear na Terceira, mas o vento afastou-nos e passámos das ilhas de Santa Maria e de São Miguel, às quais tentámos abordar, mas as tempestades não o permitiram.»

«Como o meu propósito neste livro é o de tratar da Inquisição, não me alongarei sobre as particularidades da nossa viagem. Acrescentarei somente que depois de uma infinidade de fadigas comuns e de desgostos particulares chegámos a Lisboa a dezasseis de dezembro, onze meses depois da partida de Goa.» pp. 27-29

CAPÍTULO III

BREVE DESCRIÇÃO DA CIDADE DE LISBOA

«**N**as proximidades do porto de Lisboa existe uma montanha chamada a *Roca*, que já de longe se avista. À medida que nos vamos aproximando do dito porto, vão-se encontrando bancos de areia e rochedos à flor da água, o que torna a entrada difícil e perigosa aos navios cujos capitães não queiram tomar os pilotos, que, aliás, por ali abundam, oferecendo os seus serviços a todos os navios que se aproximam da barra. São frequentes os capitães ousados que, correndo o evidente risco de naufragarem, recusam os serviços destes pilotos, pagando com o naufrágio dos seus navios a temeridade que cometeram. Estes exemplos funestos não impedem que haja sempre oficiais desejosos de exibirem habilidade e experiência, que repitam a façanha, arriscando os seus navios ao recusarem os auxílios que lhes podiam dar segurança.

Logo que os navios se aproximam do forte, a que os Portugueses chamam *Torre do Bugio*, o perigo desapareceu. Esta torre está construída sobre estacaria, em pleno mar, e possui uma importante guarnição e artilharia pesada.

Em frente, já em terra firme, avista-se um outro forte, chamado de São Julião, por corrupção de São João. Este forte tem melhor guarnição e está mais bem artilhado que o do Bugio.

Nenhuma embarcação pode ali passar sem se colocar ao alcance dos canhões destas duas fortalezas da barra do Tejo.»

«Na outra margem do rio, defronte da Torre de Belém, existe um grande edificio destinado à quarentena de todas as pessoas que entrem neste porto provenientes de lugares onde havia a peste.

De Belém até à cidade encontra-se um grande número de lindíssimas casas de campo com agradáveis jardins.

Os navios fundeiam defronte do Palácio Real, de cujas janelas se podem ver todos os navios ali reunidos.

O Palácio Real, a que os Portugueses chamam *O Paço*, é um edificio mais ou menos do tamanho do Palácio do Luxemburgo, mas não tão belo; não tem jardins, mas em compensação situa-se na margem do Tejo, dando uma das faces para uma das maiores e mais belas praças que existem, chamada *Terreiro do Paço*. É nesta praça que se realizam as touradas e os torneios, espetáculos a que o rei e a corte podem assistir das janelas do *Paço*. É também nesta mesma praça que se realizam os autos-de-fé, em Lisboa; para isso a praça é coberta e arma-se uma espécie de igreja, colocando-se um trono a cada lado do altar, um ocupado pelo inquisidor-mor e o seu conselho e o outro pelo rei, príncipes, os grandes da corte e os supremos magistrados. Para a realização deste ato é preferido o *Terreiro do Paço* a uma qualquer igreja por causa da amplidão, pois só ali caberá a grande multidão de espetadores.»

«Muito próximo da Praça Real, e também à beira do Tejo, existe uma outra grande praça onde se realiza o maior mercado de toda a cidade; ali se vendem mercadorias de toda a espécie e embora existam muitos outros mercados de menor importância, é ali que os criados das grandes casas se vão fornecer.» pp. 30-33

CAPÍTULO IV

CONTINUAÇÃO DO PRECEDENTE

«A Cidade de Lisboa é a capital de Portugal; residência do rei, sede do Supremo Tribunal do Reino e residência dos inquisidores-mores. Não é tão grande como Paris, mas é proporcionalmente povoada. Excetuando esta primeira cidade de França, não há outra que a iguale em grandiosidade, beleza e extensão; é mais extensa do que larga, está situada na margem do Tejo, famoso rio onde, segundo os antigos, existia ouro. Divide-se em muitos bairros, sendo o de São Paulo um dos mais consideráveis, é ali que residem todos os franceses.

No âmbito de Lisboa existem sete colinas, sendo duas muito elevadas, a de Santa Catarina e a do Castelo, que é uma espécie de cidadela que domina toda a cidade, sendo tal a sua importância que num caso de revolta poderá dominar a população, pelo que permanentemente ali se mantém uma boa guarnição, encontrando-se bem munida com o necessário para manter uma prolongada defesa.

Quase todas as ruas de Lisboa são estreitas, não podendo dar passagem a mais de um coche, o que obriga as pessoas categorizadas a utilizarem habitualmente apenas a liteira; contudo, desde o reinado de D. João IV, muitas ruas têm sido alargadas e o uso dos coches tornou-se mais frequente.

Além do Terreiro do Paço e da praça do grande mercado, há ainda outras praças muito bonitas, entre as quais, a maior, é aquela a que chamam o *Rossio*, onde durante todo o ano se realiza uma espécie de feira, na qual se encontram sempre mercadores em tendas portáteis, semelhantes às que se usam em Paris, na Ponte Nova.

As igrejas de Lisboa são de uma grande magnificência; a catedral, que na língua do país é chamada *Sé*, é de uma beleza surpreendente, mas o que nela há de mais rico é a capela onde está o Santíssimo Sacramento. A igreja dos dominicanos é vasta e ricamente paramentada; numa capela vedada por uma grade de prata, encontra-se um crucifixo em vulto, no qual, na chaga do lado, está permanentemente exposta a sagrada hóstia, estando a capela iluminada, noite e dia, por seis círios de cera branca e grande quantidade de lampadários de prata.

O convento dos franciscanos está à altura da beleza da sua igreja, e estes frades estão instalados mais comodamente do que convém a pessoas que se consagraram à penitência, renunciando aos prazeres seculares. Muito perto deste convento está o soberbo e terrível edifício da Inquisição, a que os Portugueses chamam *Santa Casa*; nela, em magníficos aposentos, reside o inquisidor-mor de Portugal, que preside ao Conselho Supremo do Santo Ofício, que reúne em Lisboa, e ao qual todos os outros tribunais da Inquisição, embora sejam soberanos, estão de qualquer maneira obrigados a justificar os seus procedimentos.»

«A Igreja da Misericórdia é uma das mais notáveis de Lisboa, não somente pela beleza do edifício e magnificência como está armada e embelezada, mas também pela ilustre congregação a que pertence, chamada *Confraria da Misericórdia* ou (...) *Irmandade da Misericórdia*, integrando pessoas de condição honrada. Dela fazem parte os príncipes e o próprio rei, que às vezes exerce o cargo de *provedor*.»

«Esta irmandade está espalhada por todas as cidades e vilas de Portugal e até nos outros domínios da Coroa.

A igreja a que chamam de *Madre de Deus* é também digna de nota por causa do Santo Sudário que ali se conserva, sendo apenas exposto em Quinta-Feira Santa.

Seria um nunca acabar, se quiséssemos pormenorizar as surpreendentes belezas das igrejas desta grande cidade. É bastante conhecida a ostentação dos Portugueses, principalmente quando se trata de embelezar os

templos e solenizar o culto, que então a nada se poupam. Podem apontar-se-lhes muitas irregularidades nas suas devoções; numa me quero deter, desprezando outras que não me parecem tão significativas; refiro-me à que se me assemelhou mais impiedosa e profanadora, mais que supersticiosa e superficial. Trata-se do que ocorre nas festividades mais solenes, ficando exposto o Santíssimo Sacramento depois das celebrações; então aparecem mulheres ricamente vestidas que ao som de guitarras e castanholas dançam e cantam canções profanas com mil atitudes indecentes e impudicas, que teriam mais lugar nos sítios públicos que nas igrejas que são casas de oração onde está presente o Deus da pureza.

Esta nação está de tal forma habituada a estes divertimentos que as pessoas mais austeras e os próprios sacerdotes assistem divertidos a tais espetáculos profanos e sacrílegos, que não aparece ninguém a censurá-los.» pp. 34-37

CAPÍTULO V

SOU CONDUZIDO À PRISÃO CHAMADA GALÉ. DESCRIÇÃO DESTE LUGAR

«**D**e depois de se ter ancorado no porto de Lisboa, o mestre a cuja guarda eu fora entregue, foi à Inquisição dar notícia da minha chegada. No dia imediato fui lá conduzido e de lá, por ordem dos inquisidores que nem sequer se dignaram ver-me, fui levado para a prisão chamada *Galé*, apesar de não haver tal coisa em Portugal. É para esta prisão que o Santo Ofício e os juízes laicos enviam os seus condenados a cumprir a pena. Puseram-me a grilheta num pé, a qual estava ligada à grilheta de outro homem que se livrara de ser queimado por ordem do Santo Ofício no dia anterior, confessando-se culpado.

Nesta *Galé* todos os condenados estão presos dois a dois, cada um deles por um só pé; a corrente que os liga tem cerca de oito pés de comprimento. Os prisioneiros usam na cintura um gancho de ferro para suspender a cadeia de maneira a que possa ficar entre os dois uma distância de três pés.

Estes forçados são levados todos os dias aos locais de trabalho, ou seja, onde se constroem os navios; transportam as madeiras até aos carpinteiros, descarregam os navios, recolhem as pedras e areias para o lastro, carregam a água e os alimentos que hão de ser consumidos nas viagens, manipulam as estopas e bem assim executam todos os serviços em que podem ser utili-

zados no serviço do príncipe, bem assim dos oficiais da Marinha, por mais vis e rudes que sejam.

Entre estes forçados encontram-se pessoas condenadas pela Inquisição, pessoas condenadas pelos juízes laicos, escravos fugitivos ou de má índole, que os seus donos mandam para a *Galé* como castigo e regeneração, turcos que foram presos e ficaram escravizados, corsários da Barbéria e pessoas de toda a qualidade. Todos, indiscriminadamente, são empregados em trabalhos humilhantes e pesados se não tiverem dinheiro para dar aos fiscais que os vigiam com crueldade, sendo as principais vítimas aqueles que não podem amansá-los, brindando-os de vez em quando com alguma coisa.

Esta *Galé* terrestre está construída à beira do rio e consta de dois grandes compartimentos, um em cima, outro em baixo, estando ambos cheios, dormindo os forçados em estrados com mantas. Cortam-lhes o cabelo e barbeiam-nos uma vez por mês. Vestem camisolas e usam carapuços de pano azul. Também lhes dão um capote de sarja cinzenta que serve alternadamente de abafo durante o dia e de cobertor durante a noite. Estes trajos são-lhes fornecidos, de seis em seis meses, com duas camisas de pano.

Cada forçado recebe diariamente uma libra e meia de biscoito muito duro e muito escuro; seis libras de carne salgada por mês e um alqueire de ervilhas, lentilhas ou favas de que podem dispor. Os que recebem qualquer ajuda de algures, geralmente vendem estes géneros para comprar qualquer coisa melhor na proporção dos seus meios. Não lhes é fornecido vinho e aqueles que o desejem beber têm de o pagar do seu bolso.

Todos os dias ao amanhecer, excetuando poucos dias de guarda, conduzem-nos ao local de trabalho que dista uma légua da *Galé*. Ali trabalham sem descanso na tarefa que lhes é destinada até às 11 horas. Interrompe-se então o trabalho por uma hora, durante a qual podem comer ou repousar. Terminada essa hora, pegam outra vez no trabalho até às oito, hora a que voltam para a *Galé*.

Neste edifício há uma capela onde se diz missa aos domingos e dias santos. Em Lisboa, há padres que frequentam esta capela e aqui se dedicam a ensinar o catecismo e a converter os forçados. Além da alimentação que lhes é dada pelo príncipe, os forçados recebem frequentes esmolas, pelo que não passam fome. Quando algum adoecer, os médicos e cirurgiões examinam-nos, e se a doença é perigosa, são-lhes administrados todos os sacramentos.

Os forçados que cometem qualquer falta são açoitados cruelmente; deitam-nos no chão, de barriga para baixo, e enquanto dois homens os agarram, um terceiro açoita-os com uma corda grossa ensebada, que a maior parte das vezes arranca a pele e pedaços de carne. Presenciei isto

mais de uma vez, e vi que se faziam úlceras tão profundas que vinham a degenerar em ferimentos tão graves, que os desgraçados ficavam durante muito tempo incapazes de trabalhar.

Quando um forçado tem assuntos a tratar na cidade, é-lhe dada licença para nela transitar; se o deseja fazer sem o companheiro a que está ligado pela grilheta, pode ir apenas acompanhado por um guarda que é pago à sua custa. Carrega sozinho com a grilheta e, como a corrente é muito comprida, fazem-na suspender dos ombros, deixando-a pendente pela frente ou pelas costas conforme lhes parecer menos incómoda.» pp. 38, 40

CAPÍTULO VI

REQUEIRO A MINHA LIBERDADE, NO QUE FUI ATENDIDO

«No dia seguinte ao da minha entrada na *Galé*, fui rapado, vestido e levado ao trabalho como os outros forçados, mas por mais penosa que seja esta vida, a liberdade de poder ver e falar com outras pessoas era pena menor à do odioso isolamento da Inquisição.

Nos termos da sentença que me foi dada, eu devia passar cinco anos nesta dura servidão, sem perspectiva de perdão, pois tinha tido a ousadia de falar contra a Inquisição e a infalibilidade do Santo Ofício. Apesar disso, aquela esperança que é comum a todos os desgraçados, de alcançarem a libertação da sua miséria, levou-me a congeminar nos meios pelos quais poderia alguma vez alcançar a minha libertação, apesar de tal ser inverosímil.

Comecei então por me informar se haveria em Lisboa algum francês em condições de me ajudar na empresa e vim a saber que o Senhor X, primeiro médico da rainha de Portugal, não era somente estimado por esta princesa, mas também por todas as pessoas da corte. Dirigi-me a ele a pedir-lhe que se dignasse conceder-me a sua proteção. Acolheu-me da maneira mais obsequiosa, concedendo-me não apenas a sua influência em tudo o que dele dependesse, mas oferecendo-me também a sua bolsa e a sua mesa, onde me dava a honra de ocupar um lugar, todas as vezes que fui a sua casa, apesar de ir carregado com a grilheta, o que a seus olhos me não tornava desprezível. A bondade deste senhor chegou ao ponto de me procurar na prisão, quando os seus afazeres lhe permitiam, a fim de me dar conforto.

Foi então que escrevi para França, dando à minha família notícia do estado lastimoso em que me encontrava desde há muito tempo, para que

eles diretamente, ou por intermédio da pessoa que tivesse influência no ânimo da rainha de Portugal, em quem eu punha as minhas esperanças, agisse a meu favor.

O Senhor X, que, por natureza, era generoso e benfazejo, informado por cartas vindas de Paris que pessoas que ele considerava tinham a bondade de se interessar pela minha libertação, redobrou as suas diligências para que me fosse dada a liberdade o mais breve possível. Por seu conselho, apresentei um extenso requerimento aos inquisidores, no qual lhes expunha sucintamente as causas da minha prisão e lhes suplicava que moderassem o excessivo rigor de que me considerava vítima nas Índias. O requerimento não teve resposta senão daí a três meses, a que se seguiram, pelo menos, outros dois.

O que motivou este silêncio foi o ter-se dado então a vacatura de cargo de inquisidor-mor, no qual monsenhor D. Veríssimo de Lencastre, arcebispo de Braga e recentemente elevado ao cardinalato, fora provido, sem que tomasse posse imediata.

Este prelado por cuja chegada a Lisboa eu fazia contínuos votos, desde que fora informado de que só ele podia decidir da minha sorte. Finalmente, por alturas da Semana Santa, deu entrada em Lisboa, mas como nessa altura do ano os tribunais estão em férias, tive a paciência de esperar até à Pascoela.

Logo que o novo inquisidor-mor começou a exercer as suas funções, apresentei um novo requerimento que foi submetido à apreciação do Conselho Supremo, resultando apenas que D. Veríssimo não acreditou na veracidade da minha exposição por considerar impossível que se condenasse um homem à *Galé* por tão insignificantes faltas. Quando esta resposta me foi comunicada, senti uma grande alegria, pois também nessa altura me informaram de que este prelado, de quem dependia a minha sorte, era pessoa na mesma medida nobre, sábio e generoso. Tudo isto me levou a apresentar outro requerimento onde suplicava que se dessem ao incómodo de reler o meu processo para por ele verificarem a verdade do meu relato.

Esta sugestão esbarrou com grandes dificuldades no Conselho, onde ninguém queria autorizar esta revisão do processo, porque sendo todos os Tribunais da Inquisição soberanos, não podia haver recurso de um para outro, e seria atentar contra a autoridade do de Goa, alterar as suas sentenças.

Se não fossem as minhas insistentes solicitações ao inquisidor-mor, nunca teria sido atendido.

Finalmente, depois de insistentemente solicitado, cedeu aos pedidos de muitas pessoas de categoria e principalmente da sobrinha da condessa

de Figueirol, que tinha uma estima particular pelo médico da rainha. Mandou então rever o processo sob a sua assistência e tendo ficado convencido da minha verdade, reconheceu a injustiça e ignorância dos juizes que me condenaram por más intenções, ordenou que me fosse dada inteira liberdade, escrevendo ele por sua mão, na última página do meu requerimento, estas palavras: “*Seja solto como pede e se vá para França.*”» pp. 41-43

DELLON, Charles, *De Goa a Lisboa 1676-1677*, in *Portugal nos Séculos XVII & XVIII. Quatro Testemunhos*. Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Lisóptima Edições, 1990.



MEMÓRIAS DE LADY FANSHAWE

ANNE MORRISON



«O povo, regra geral, não é muito bonito. Têm muitas casas religiosas e episcopados de grande importância. Os religiosos de ambos os sexos são, na maioria, muito escrupulosos.»
ANNE MORRISON, 1680

«Estas Memórias são a autobiografia de Anne Morrison, Lady Fanshawe, mulher de Sir Richard Fanshawe, embaixador de Carlos II de Inglaterra na corte de Espanha e Portugal. Foram escritas entre 1625 e 1680, mas só foram publicadas em 1829. Têm grande interesse histórico e a autora revela ser uma mulher inteligente e culta.

São para nós importantes por constituírem um relato desapassionado da vida na corte portuguesa no século XVII.»

Maria Laura Bettencourt Pires

«Graças a Deus, todos de boa saúde! Mal tínhamos ancorado, vieram ao bordo o cônsul inglês com os mercadores, mas nós fomos para uma casa de campo do Duque de Aveiro, onde o meu marido tinha sido colocado por Sua Majestade, quando ali esteve antes, e onde ele tinha então deixado o seu secretário principal e outro, com pessoas de família. A primeira pessoa que o visitou incógnito, porque não queria declarar quem era até ter entrado, foi o Secretário do Rei de Portugal, António de Sousa.

Também vieram nessa altura o Conde de Inchiquin e o Conde de Schomberg, visitar-nos. No dia 18 o meu marido foi particularmente para bordo da fragata em que tinha vindo com toda a família e o Rei mandou um nobre recebê-lo a terra com o seu coche, o da Rainha-Mãe e muitos coches da nobreza.

Logo que se encontraram, houve grandes saudações de canhões dos barcos para a fragata em que o meu marido vinha e dos nossos navios para os fortes do Rei e de todos os fortes responderam de novo inúmeros tiros.

Assim que o meu marido desembarcou, entrou no coche do Rei com o fidalgo que o tinha ido esperar, e de cujo nome já me esqueci. À frente dele ia o Cônsul inglês, com todos os negociantes; à direita quatro pajens; à esquerda do coche, junto da cabeça dos cavalos, seguiam oito lacaios todos

vestidos com ricas librés. No coche que se seguia iam os fidalgos de meu marido, depois o coche do Estado vazio e a seguir os que lhe faziam o favor de o acompanharem. Foram assim até à casa onde o meu marido estava instalado. O Rei ofereceu-lhe três ceias e três jantares com grande abundância de iguarias de todos os géneros e com toda a espécie de utensílios adequados, tal como é costume naquele país.

Suas Majestades mobilaram a casa durante algum tempo até meu marido poder fazer as suas próprias compras na cidade.

A Abadessa de Alcântara, sobrinha da Rainha-Mãe, filha natural do Duque de Medina Sidónia, mandou para me dar as boas-vindas ao país um nobre presente de perfumes e doces; durante a minha estadia em Lisboa visitámo-nos muitas vezes e trocámos correspondência para minha grande satisfação porque ela era uma grande dama. No dia 19 um certo Sr. Bridgewood, um negociante, mandou-me uma bacia de prata e jarros de presente. A 10 de outubro, o meu marido foi recebido em audiência por Sua Majestade, no palácio em Lisboa. Foi no coche do Rei com o mesmo fidalgo e da mesma maneira em que tinha feito a sua entrada. O Rei recebeu-o com grande amabilidade e respeito, o que muito o satisfez. No dia 11, D. João de Sousa, o viador da Rainha, veio mandado por Sua Majestade para nos dar a ambos as boas-vindas ao país.

No dia 13, Sua Majestade mandou o coche principal, acompanhado por outros coches, para vir buscar o meu marido para uma audiência com a Rainha, em que ela o recebeu com grande gentileza. No mesmo dia foi recebido em audiência por D. Pedro, irmão do Rei, no seu palácio. No sábado, dia 14, Sua Majestade mandou-me buscar a mim e aos meus filhos no seu melhor coche. Quando lá chegámos, o Capitão da Guarda recebeu-me no patamar das escadas indo toda a minha comitiva à frente, tal como é hábito.

De ambos os lados e até à porta da sala de audiências estavam guardas com alabardas. Ali fui recebida pelo camarista-mor que me levou até à porta da sala seguinte, onde estava a Rainha. E então a dama de honor da Rainha, tal como o camarista, recebeu-me dizendo que tinha ordens da Rainha para me dar as boas-vindas naquela corte e para me acompanhar até à presença da Rainha. Esta estava sentada na outra sala, que era muito grande, numa cadeira de braços, de veludo preto, com um tapete de veludo preto e um docel do mesmo tecido.

Tinha mandado colocar a alguma distância, a cerca de duas jardas da sua mão esquerda, uma cadeira baixa sem braços. Deste lado estavam todos os fidalgos e do lado direito todas as damas da corte.

Depois de ter feito as reverências devidas a Sua Majestade, segundo o costume, e de ter apresentado os meus cumprimentos a Sua Majestade, ela

sentou-se e quando eu lhe apresentei as minhas filhas, mandou-me sentar declarando estar muito bem impressionada por mim e pelos meus. Eu, a princípio recusei, desejando servir S. Majestade, como a mãe da minha Rainha, mas ela insistiu de novo e eu sentei-me. A Rainha fez então o seu discurso sobre a Inglaterra, perguntou-me pela saúde da Rainha e se ela gostava do nosso país, falando acerca de si própria e da sua família.

Continuou assim mais de meia hora, tendo-me eu então despedido.

Durante a minha estadia na corte, visitei várias vezes a Rainha-Mãe. Era, na verdade, uma mulher muita sensata e digna e creio que tinha sido muito bela.

Era admirável nas suas falas e maneiras, mas muito prudente. Era ambiciosa, mas não vaidosa. Gostava de governar e penso que o ter-se afastado do poder lhe deve ter encurtado a vida.

(D. Luísa de Gusmão deixou de ser regente quando D. Afonso VI atingiu a maioridade e reclamou para si o governo. Embora D. Afonso não tivesse qualidades para ser rei, era apoiado pelo Conde de Castelo Melhor, que não concordava com a política da Rainha-mãe.)

Depois de ter cumprimentado as damas e os nobres da corte, fui para casa do mesmo modo que tinha vindo. No dia seguinte, o Secretário de Estado e a sua esposa vieram visitar-me, ela tinha-me mandado um presente de doces quando da minha chegada. Quando da sua última estadia nesta corte, o meu marido tinha deixado a esta família um dos seus pajens para ele melhorar a escrita e a leitura da língua espanhola — tendo isto em consideração, oferecemos a esta dama um objeto de metal indiano que valia cerca de duzentas libras esterlinas.

Eram ambos muito gentis e dignos e já tinham estado em Inglaterra, onde o Rei Charles I, tinha dado ao seu filho o título de Barão. Um dia, ela contou-me isto de um embaixador francês que tinha estado ultimamente na corte e que morava perto dela: tal como é costume entre eles, estava muita gente à porta do embaixador. Havia um pobre rapazito, que a mãe tinha incitado a chorar diariamente de modo tão incomodativo que por fim o Embaixador costumava dizer: “Que barulho de gritaria permanente é esse à porta? Já não suporto mais.” Após isto levaram a criança à mãe e ordenaram-lhe que o mantivesse em casa, porque gritava como um demónio e o porteiro jurou que se ele voltasse, o castigaria severamente.

Poucos dias depois, tal como era costume, a criança voltou e gritou mais alto ainda, se possível; o porteiro manteve a sua palavra, pegou no rapaz, tirou-lhe os andrajos, untou-o todo com mel espesso sem deixar nada por untar e depois atirou-o para um recipiente com penas finas e, logo a seguir, pô-lo de pé e fê-lo fugir para casa para junto da mãe, que, ao ver esta coisa, que nenhum ser vivo podia adivinhar ser um rapaz, correu pela

cidade com a criança a gritar atrás dela e todas as pessoas, que estavam nas ruas atrás deles, pensando que era um demónio ou uma criatura estranha.

Mas, voltando ao nosso assunto, fomos visitados por muitas pessoas da corte, uns para tratar de negócios, outros para cumprimentar, o que é mais cerimonioso do que agradável, porque eles normalmente não são um povo alegre.

Por volta de fevereiro, o Rei resolveu ir para a batalha e comandar ele próprio o exército: perante esta resolução, o meu marido preparou-se para o ajudar, o que lhe custava muito, já que este género de despesas são ali raras e muita caras, mas o Conselho não o autorizou a ir e assim terminou o caso.

O Rei gostava muito de caçar e sempre que ia à caça mandava ao meu marido alguma peça de caça morta por ele, veado ou javali, sendo a carne de ambos excelente.

Festejámos o aniversário da Rainha com um grande banquete, em que recebemos todos os negociantes ingleses.

Durante a minha estadia nesta cidade, houve um negociante português que tinha ciúmes da mulher gostar de um inglês, que ele recebia com grande amabilidade escondendo a sua suspeita. Uma tarde convidou-o para visitar uma casa de campo e comer uma refeição, o que ele fez, depois do que o negociante, com três ou quatro dos seus amigos, lhe mostrou uma gruta perto da casa, que era uma raridade, para a qual se entrava por um buraco muito estreito, mas que dentro era muito ampla, sendo o interior de uma grande montanha.

Estava lá tão escuro que levavam um archote e um disse ao inglês: “Sabe onde vivem os morcegos?” Respondeu que não. “Então aqui vai de certo vê-los” disseram eles e levantando a luz ao teto, viram milhões pendurados pelas patas. Logo que fizeram isto, assustando os pássaros, fizeram-nos voar à volta dele e apagando o archote, fugiram e deixaram ali o inglês, que só de lá conseguiu sair na manhã seguinte.

Durante este inverno estive doente com uma espécie de malária. Creio que foi devido a ter comido mais uvas do que costume por ter sido tentada pelo seu bom aspeto, especialmente as Frontiniac, que são melhores do que as que já comi em Espanha e França.

No começo de maio de 1663, houve em Lisboa uma revolta do povo da cidade, por causa de uma suspeita, como eles diziam, de algumas pessoas desleais ao povo. Por causa disto, saquearam a casa do Arcebispo e a do Marquês de Marialva e assaltaram o tesouro. Porém, depois de dez mil destas pessoas ordinárias terem corrido durante seis ou sete horas pela cidade, gritando “Morte a todos os que são por Castela!”, foram acalmados pelos Padres, que levaram o Santíssimo Sacramento para o meio deles, ameaçando-os com excomunhão, o que, com a vinda da noite, os fez irem-se

embora com o que tinham pilhado. Prenderam-se algumas pessoas, mas não muitas.

Por volta de 10 de Junho chegaram a esta corte notícias da total derrota de D. João de Áustria na Batalha de Évora, depois do que a nossa casa e mesa ficaram cheias de honestos e corajosos soldados ingleses na miséria, que pelo seu valor tinham obtido uma das maiores vitórias que já se viu.

Estes homens, pobres, mas corajosos, estavam quase perdidos entre a pobreza portuguesa e a negligência, para não lhe chamar pior, do Ministro da Justiça, Lorde Hyde.

Enquanto o meu marido ali esteve, fez o que pôde mas não proporcionalmente nem ao mérito, nem às necessidades dos soldados.

Por esta altura o meu marido deu grande ajuda ao Governador de Tãnger, o Conde de Peterborough, cujas cartas de pedidos de auxílio e agradecimento pela amabilidade e cuidado, o meu marido e eu ainda havemos de mostrar.

A 26 de junho nasceu-me um filho dez semanas antes do tempo e só viveu algumas horas. Foi batizado Richard pelo nosso Capelão, o Sr. Marsden, que celebrou a cerimónia do enterro segundo a Igreja de Inglaterra e depois o enterrou na igreja paroquial, onde vivíamos na parte principal da Chancelaria.

A Rainha mandou darem-me pêsames pela morte do meu filho, assim como o Marquês de Castelo Melhor, o Marquês de Niza, a Condessa de Vila Franca, D. Maria Antónia, como muitas outras damas e algumas boas senhoras, que eram esposas de negociantes ingleses.

Várias vezes vimos as festas dos touros e nelas foram-nos trazidas grandes quantidades de doces por ordem do Rei, assim como bebidas.

Uma vez tivemos uma discussão por causa de uns comandantes ingleses, que de acordo com o seu mérito não se consideravam suficientemente bem colocados no espetáculo pelos oficiais do Rei, o que pareceu tão mal ao meu marido, que ficou extremamente preocupado. Tendo sido informado o Primeiro-ministro, Conde de Castelo Melhor veio por ordem do Rei ao meu marido, depois de ter examinado a questão e desejando que não houvesse mal-entendidos entre o Rei e ele, tanto mais que o caso era devido à impertinência de um criado. O meu marido ficou satisfeito e apresentou os seus mais humildes agradecimentos ao Rei pelo seu cuidado e favor para com ele, assim como pela honra que tinha recebido.

Depois de ter acabado de visitar o meu marido, o Conde de Castelo Melhor veio aos meus aposentos e disse-me que esperava que eu não me tivesse ofendido na festa pelo que tinha acontecido, porque tinham dito ao Rei que eu estava triste por ver o meu marido preocupado. Assegurou-me

que tanto Sua Majestade como toda a corte só desejavam que nós recebêssemos todas as satisfações que se pudessem imaginar.

Eu agradeci-lhe muito pela honra da sua visita e pedi-lhe que apresentasse os meus humildes préstimos ao Rei, assegurando-lhe que, tanto o meu marido, como eu, tínhamos todo o respeito por Sua Majestade. De facto, de acordo com a moda inglesa, eu tinha mesmo chorado um pouco ao ver o meu marido perturbado, mas seria sempre a humilde servidora de Sua Majestade, com os meus melhores agradecimentos a S. Excelência; e assim ele voltou bem satisfeito.

No dia 14, os principais Ministros encontraram-se com o meu marido por causa do seu regresso a Inglaterra e exprimiram-lhe a sua grande pena por terem de se separar dele; da parte do Rei apresentaram ao meu marido 12.000 coroas de ouro, com muitos cumprimentos do Rei, que o meu marido visitou no dia seguinte, para receber as ordens de S. Majestade para o seu Amo em Inglaterra.

Depois de ter agradecido muito a S. Majestade pelas muitas honras que tinham sido feitas com a amável aceitação por parte de S. Majestade dos seus serviços.

A 19 de agosto meu marido e eu despedimo-nos da Rainha-Mãe, em casa dela. A Rainha tinha ordenado a todas as suas Damas para estarem presentes, embora S. Majestade não estivesse de saúde. S. Majestade lamentou muito o termos de deixar a corte (...) e eu recebi as ordens de S. Majestade para a nossa Rainha, com um presente e parti com o mesmo cerimonial de coches e pessoas...

Nesse mesmo dia despedi-me da minha boa vizinha, a Condessa de Palmela, como já tinha feito com todas as senhoras do meu conhecimento, tendo-me todas elas oferecido magníficos presentes.

Quando me fui despedir da minha boa vizinha, Condessa de Sta. Cruz, encontrei junto dela muitas pessoas de categoria, que tinham vindo de propósito para se despedirem de mim e de quem recebi grandes obséquios. A Condessa ofereceu-me um grande banquete.

... Lisboa com o rio é a mais linda paisagem que já vi. A cidade está velha e decadente, mas estão a fazer novas muralhas de pedra, que irão conter seis vezes a cidade.

As igrejas e capelas são as melhor construídas, mais finamente adornadas e mais limpas de todas as cidades do mundo.

As pessoas gostam muito de quintas que são uma espécie de casas de campo. Há muitas apenas a algumas léguas da cidade e as que pertencem aos nobres são muito belas, tanto as casas como os jardins.

A nação é geralmente muito bem-educada e amável. Na religião, está dividida entre os Papistas e os Judeus.

O povo, regra geral, não é muito bonito. Têm muitas casas religiosas e episcopados de grande importância. Os religiosos de ambos os sexos são, na maioria, muito escrupulosos.

Os frutos de todos os géneros são extraordinariamente bons e bonitos. O vinho, na sua maior parte, não é tratado, mas é saudável. Os cereais são escuros e secos; a água má, exceto de algumas fontes longe da cidade.

A carne de todas as espécies é sem sabor. As mulas e burros são extraordinariamente bons e grandes, mas os cavalos são poucos e sem qualquer valor.

Têm poucos bosques e ainda menos relva.

Antes de me vir embora, visitei vários conventos de freiras e num deles contaram-me que no ano passado tinham queimado uma rapariga de 14 anos por ser judia. Tiraram-na à mãe logo que nasceu na prisão, visto que a mãe tinha sido condenada, e foi educada na Esperança. Embora, segundo me afirmaram, ela nunca tivesse ouvido falar em Judeus, todos os dias arranhava e chicoteava os crucifixos e espetava-lhes alfinetes quando estava sozinha. Quando foi descoberta, confessou e disse que nunca havia de adorar aquele Deus.

Na 5.^a feira, 25 de agosto de 1663, partimos para Inglaterra. A 4 de setembro, 6.^a feira, desembarcámos em Deal, todas de boa saúde, graças a Deus!» pp. 97-104

MORRISON, Anne, *Memórias de Lady Fanshawe, in Portugal Visto pelos Ingleses*. Tradução e prefácio de Maria Laura Bettencourt Pires, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.



ITINERÁRIO EM PORTUGAL 1699

FRANÇOIS DE TOURS



«Pelo que respeita à nação portuguesa é ela composta de gente orgulhosa e pérfida que não hesita em matar. Nos curtos seis meses que permaneci em Lisboa poucos dias houve sem morte de homem.»

FRANÇOIS DE TOURS, 1699

NOTA INTRODUTÓRIA

«Padre François de Tours, pregador franciscano, o que deixou de si, a atestar a sua passagem por este mundo de Cristo, foi apenas um manuscrito onde relata as suas andanças por Espanha e Portugal nos anos de 1699-1700. Por fazer dele pouco cabedal ou por o considerar digno de reparo, ofereceu-o aos capuchinhos de Orléans.

Como ficou dito, do pregador capuchinho quase nada se sabe e o muito pouco que se conhece não dá para muito mais do que saber que nasceu, professou na Ordem Franciscana, andou pelo mundo, sofreu (provavelmente) e morreu, deixando como vestígio do seu fado apenas narrativa de um episódio dele: a viagem que fez na Península Ibérica. Essa narração é que teve história.»

«Como era natural, quer pela sua condição de eclesiástico quer por ser o que Lisboa tinha de mais opulento, dedicou-se François de Tours principalmente a visitar igrejas, capelas e conventos, vindo a concluir que em França as igrejas, comparadas com o asseio e riqueza das de Portugal, pareciam estrebarias.

Quanto à cidade em si, era muito acidentada, com grandes subidas, sendo as ruas pouco limpas, o que, segundo ele, não impede que muitas delas sejam formosas, especialmente, na parte baixa, as ruas dos ourives de ouro e da prata.

O palácio real — o Paço da Ribeira — impressionou-o apenas pela sua excepcional situação — à beira do rio e diante do qual passam e até fundeiam navios de todas as nações.

Apenas na parte baixa da cidade viu coches, porque no restante dela, pelos seus declives e estreiteza das ruas, só se usavam liteiras.

O Castelo de São Jorge pareceu-lhe bem fortificado e apto a defender a cidade.

Quanto a usos e costumes, as suas notas são breves e nem sempre seguras, embora que muitas vezes pitorescas.»

«As mulheres são recatadas, mais do que desejavam. Nos seus aposentos não

entram homens, a não ser frades. Sentam-se no chão; as nobres e as ricas em tapetes e as pobres em esteiras de junco. As damas têm também almofadas de veludo com rendas de ouro e prata que oferecem às damas que as visitam. Os padres e frades podem tomar assento em bancos.

O capuchinho estudou e descreveu as diversas formas de namoro do Lisbonense e também os usos fúnebres.

Dos usos íntimos chocou-o a nudez e a promiscuidade em que se dorme. Até os doentes, no hospital, estão sempre nus.

As mulheres não podem mostrar nem a ponta do pé e, em tal recato, os maridos fazem ponto de honra, podem, porém, andar um tanto ou quanto despeitoradas. No entanto, a mulher portuguesa pareceu ao frade que vivia mais constrangida que a espanhola, usa a cabeça descoberta e penteia-se como em Espanha.

A corte não tem brilho, nem esplendor. Adivinha-se que a considerou soturna. No Paço apenas uma sentinela, pois o rei de Portugal não tem guarda e várias vezes o frade se encontrou com o rei, que ia numa carruagem puxada apenas por dois cavalos.

De uma maneira geral concluiu que os costumes portugueses são bem diferentes dos de França.» pp. 49, 52, 53

Castelo Branco Chaves

ITINERÁRIO EM PORTUGAL

«**P**ara quem vem das bandas da Andaluzia, atravessando um belo e aprazível olival de mais de uma légua, a primeira vila portuguesa que encontra é *Moura*, onde chegámos pelas 10 horas e donde saímos no dia seguinte, de manhã. *Moura* é uma pequena vila, muito formosa, e como está situada na fronteira, encontra-se muito bem fortificada, segundo as regras. O castelo domina toda a vila e campos circunvizinhos.

Tomámos o caminho de Lisboa, passando pela *Vidigueira* que é uma vila muito bonita, bem como *Alvito* e *Torrão*. Todos os campos são de grande beleza, abundantemente plantados de vinha e seara, cuja ceifa já começara, embora ainda estivéssemos em meados de maio, sendo aqui as novidades muito temporais, ao decerto por causa dos calores. A seguir passámos em *Porto Del-Rei* que é uma estalagem pertencente ao rei de Portugal e onde ele se hospeda quando vai para Alcácer do Sal.

Neste sítio se nos juntaram dois portugueses, o que nos não agradou

porque suspeitávamos que viessem com más intenções pois, apesar de mal trajados, estavam munidos de punhais e espadas.

Eu trazia uma capa nova e pelo caminho vieram sempre a gabá-la, e julgando que nós éramos carmelitas, perguntaram-nos se não trazíamos dinheiro, ao que lhes respondi negativamente alegando que sendo nós capuchinhos, não o podíamos trazer. Julgava eu que os capuchinhos eram tão conhecidos em Portugal como em França, mas vi que me enganava porque desconheciam a designação de capuchinhos e continuando crentes que trazíamos dinheiro, falavam frequentemente da boa qualidade da nossa capa.

Foram-nos guiando por entre tojos e urzes, arbustos que ali tinham a altura de seis pés. De vez em quando pronunciavam a palavra matar, cujo significado conhecíamos — o que, aliás, nos não dava qualquer prazer. Porfiaram em não se separarem de nós e sempre que parávamos, paravam eles também. Como o caminho fosse estreito, insistiam para que caminhássemos à sua frente, mas nós é que fizemos com que eles nos precedessem, porque, sendo apenas dois, mais facilmente nos defenderíamos. Quando estávamos no mais espesso do matagal e eles pararam a falar, ouvimos ruído e pouco depois passaram cinco ou seis pessoas. Seguimos o nosso caminho e uma meia hora depois, pouco mais ou menos, encontrámos mais gente. Das duas vezes destes encontros nos apercebemos que eles se entreolhavam e mudaram de cor.

Eu não teria tido tanto medo se eles não tivessem insistido tanto em saber se trazíamos dinheiro e éramos, ou não, carmelitas. Finalmente, depois de termos andado um pouco mais, avistámos o castelo de Alcácer e, tomando a dianteira, deixámo-los para trás.

Alcácer é uma pequena povoação onde, pode dizer-se, não há mais que uma rua, mas essa bastante comprida. Possui um castelo muito velho que, segundo nos disseram, foi construído dois mil anos antes do nascimento de Jesus Cristo. Em Alcácer embarcámos com destino a Setúbal e, já no barco, deitámo-nos. De Alcácer a Setúbal são nove léguas de salinas e ali se encontra sal muito branco em grande abundância.

Setúbal — A vila é medíocre, mas muito bonita. Possui numerosos conventos de religiosos e tem um belíssimo porto de mar. Vimos ali mais de 400 barcos holandeses que vinham carregar sal. Partimos de Setúbal em direção a Lisboa, cujo percurso é de seis léguas — sendo três por terra e três por mar.

Lisboa, onde chegámos em 30 de maio de 1699, é a capital de Portugal e está situada na margem do Tejo, o qual, em frente da cidade, tem pelo menos três léguas de largura.»

«O Convento dos Capuchos foi fundado pelas capuchas de França que vieram com a filha do senhor duque de Nemours, quando ela veio para

ser rainha. É digno de ser visto. Diz-se que a sua construção custou um milhão e 800 mil libras. O retábulo do altar-mor com colunas de mármore, torneadas, custou mais de 80 mil libras, as capelas e os púlpitos são todos dourados, como, aliás, o são em todas as outras igrejas. Pode bem dizer-se que as igrejas em França não passam de cavalariças, se nos é lícito servir de tal termo, comparadas com as igrejas de Portugal e de Espanha, nas quais se guardam grandes tesouros.»

«Embora as ruas de Lisboa, particularmente as da parte baixa, sejam muito pouco limpas, isso não impede que as haja muito formosas e entre estas as dos ourives do ouro e da prata, que se encontram bem fornecidas de obras da sua arte.»

«Pelo que respeita à nação portuguesa, é ela composta de gente orgulhosa e pérfida que não hesita em matar. Nos curtos seis meses que permaneci em Lisboa poucos dias houve sem morte de homem.

Não sai o Lisbonense à rua sem espada, adaga, punhal e longa capa negra, que sempre lançam aos ombros mesmo que seja para irem a dois passos de suas casas. Se têm rancor a qualquer pessoa, mandam-na matar por um negro ou por um mouro, de que existem mais de 30 mil em Lisboa entre homens e mulheres, os quais se desempenham destas missões a troco de pouco dinheiro.

Esse preto não perderá a ocasião de o encontrar na rua, onde o seguirá de perto, tendo na mão um grande rosário, pois todos os portugueses, quer na igreja, quer em casa, quer na rua, empunham sempre o rosário. Logo que apanha o ensejo, dá-lhe uma facada de esguelha e refugia-se numa igreja o tempo que for necessário para que a coisa se abafe.

No que respeita a mulheres, são aqui mais constrangidas do que em Espanha, o que não obsta a que as vejamos tantas vezes quantas queiramos, mas, no geral, não tantas como elas desejariam. Usam a cabeça descoberta, tal como em Espanha, e penteiam-se da mesma maneira que as espanholas, entrançando apenas os cabelos. Decotam-se muito, mostrando a espinha e as costelas e não se sentam em cadeiras mas no chão, à moda dos alfaiates. As pessoas de qualidade usam um grande tapete turco estendido, com grandes almofadas de veludos ornadas de rendas de ouro e prata, tendo grandes borlas em cada um dos quatro cantos. Oferecem-nas às damas que as visitam porque os homens, exatamente como em Espanha, nenhum entra nos aposentos das senhoras. A nós mandavam dar-nos pequenos bancos e sustentavam conversa, algumas vezes, durante três ou quatro horas. O povo usa esteiras de junco que estende no chão, assentando-se em cima.

A sua maneira de namorar é tão original que julgo não desagradará saber-se. Quando um rapaz deseja casar com uma moça, os parentes do rapaz, ou sejam o pai, tios e primos, acompanham-no a uma igreja onde

está marcado o encontro com a pretendida e onde esta se encontra acompanhada de sua mãe, tias e primas. Sentados uns diante dos outros, o rapaz fala com o pai e mais parentes enquanto, do outro lado, a rapariga se contorce lubricamente e com ademanos de quem compõe a mantilha que lhe cobre a cabeça, vai mostrando, descobertos, o rosto e o colo. O rapaz com o lenço faz sinais demonstrando que percebeu e gostou e depois de uma hora passada nestas partes vai cada um para seu lado. Este é o uso do povo. As pessoas distintas namoravam-se de uma outra maneira. O pretendente dirige-se a casa da pretendida e, ficando só numa sala, passeia, a passos largos, de cá para lá e de lá para cá no aposento como se tivesse de fazer uma caminhada. Entrementes a menina atravessa a sala como quem se dirige a um outro aposento, sem que o namorado dê sinal de a ter visto. Vi namorar assim ao moço conde de Alvor que esposou a filha do senhor duque de Cadaval. Troçando do que vi, disse-me ele ser este o costume do país. Este senhor duque de Cadaval casou com a filha do escudeiro-mor de França.

Depois de todos estes moços que desejam casar-se se terem visto sem dar pio, porque não podem trocar palavra antes da noite do casamento, escrevem-se e trocam bilhetes de amor — o que os pais sabem e consentem porque fizeram o mesmo. Durante o namoro, a menina far-se-á sangrar de vez em quando, mas o cirurgião terá o maior cuidado em deixar o sangue pingar sobre a ligadura, pois é frequente venderem-no ao namorado da dama para que ele na primeira oportunidade o possa mostrar à pretendida, dizendo-lhe que já está de posse do seu sangue.

De vez em quando o mancebo previne a sua amada que em dia certo e hora marcada estará diante da sua rótula, porque não há janelas nas casas, mas apenas varandas com rótulas que são assim como as grades dos nossos confessionários. Ali as mães e as filhas passeiam para ver os homens que passam na rua. A moça espera com grande impaciência o dia e o momento marcados, saúda o melhor que pode o rapaz e este, para melhor disfarçar, convida alguns amigos a um passeio pela cidade, passando, no trajeto, pela frente da casa da sua noiva. Ela abre o postigo e mostra-se, sem manta na cabeça, porque em casa as meninas não usam toucado.

Depois de terem feito muitas contorções lúbricas, o rapaz faz-lhe um certo sinal com o lenço a fim de significar que lhe agradaram os seus meneios, e em seguida vai-se acompanhado pelo olhar da namorada até se lhe perder de vista. Quando as mulheres vão à missa, o marido põe grande cuidado em que elas não mostrem os pés e para isso fazem-lhes dar duas ou três voltas no quarto e se os pés se veem, puxam-lhes os vestidos até ao chão.

Têm um modo de dormir muito mau, deitam-se nus, sem camisas e homens e mulheres, rapazes e raparigas no mesmo quarto, porque não tendo camas, à noite, estendem no chão cobertores e lençóis, tantos quantos

forem precisos para a gente que houver, e de manhã arrumam todos estes cobertores num pequeno quarto, dobram os lençóis e tudo fica em ordem. Ao meio-dia, pela hora da sesta, fazem o mesmo.

No hospital, os doentes estão também assim nus nas camas que são desprovidas de cortinas. Só visitei a sala dos homens; não quis ver a das mulheres.

Ser-me-ia preciso escrever um livro se quisesse narrar todos os costumes dos Portugueses que são bastante diferentes dos nossos, mas como é meu propósito discorrer sobre estas coisas o mais sucintamente possível, contarei que, ao fim de oito dias de me encontrar em Lisboa, me convidaram a ir a Coimbra para assistir a um auto da Inquisição a que chamam auto-de-fé. Hesitei bastante em aceitar o convite por me encontrar muito fatigado, pois tinha andado 100 léguas de Cádiz até aqui e de Lisboa a Coimbra havia mais 34. Acabei, porém, por aceitar, pois me afiançaram que era coisa digna de ser vista.

Em 8 de junho de 1699, segunda-feira de Pentecostes, embarcámos para Santarém, que dista 14 léguas de Lisboa.»

«*Santarém* é uma cidade pequena, construída num monte, mas cuja maior parte fica numa baixa. Ali se vê no convento dos beneditinos um crucifixo cujo braço direito está solto da cruz e o corpo curvado.»

«Há ainda outras particularidades; mas como não cheguei ao conhecimento daquilo que as autentica, deixo-as, e de Santarém partimos para Tomar.

Tomar é uma pequena vila no sopé de uma montanha de pouca altura, mas no alto dela existe um belo convento de cónegos regrantes, onde o rei de Portugal arma os seus cavaleiros. Daqui seguimos caminho para Coimbra, passando por Penela que não passa de uma vilória.

Coimbra famosa e célebre Universidade, na margem do Mondego.»

«A cidade é medíocre, com uma parte alta e uma parte baixa.

Do outro lado da cidade, num lugar elevado, está um convento de freiras clarissas, perfeitamente belo e que constitui uma boa descrição em frente da cidade.

Tendo a nossa vinda a Coimbra esse único fim, assistimos ao auto-de-fé que ali se passava, o qual consiste na apresentação de muitos prisioneiros da Inquisição que foram ali encarcerados por palavras e obras contra a fé; são absolvidos, os que pediram misericórdia; e condenados a ser queimados vivos, principalmente se são judeus, os que a não pediram.

Como assisti a este auto de princípio a fim, vou relatá-lo fielmente, como segue:

Na manhã do dia 14 de junho de 1699, pelas 6 horas, vimos sair da Inquisição a cruz dos reverendos padres dominicanos e, logo após, 86

prisioneiros e a estátua de um outro que morrera na prisão impenitente, acompanhada de uma caixa onde estavam pintadas as chamas do Inferno. A maior parte destes prisioneiros eram judeus e seguiam uns atrás dos outros acompanhando cada um deles uma vela acesa e um rosário que quase arrastava o chão. Os convictos de haverem judaizado e que haviam pedido misericórdia, eram acompanhados por dois irmãos da misericórdia e não eram condenados a mais que alguma pena temporal como a de ser banido do reino, encarcerado durante algum tempo e envergar uma túnica com o feitio de dalmática na qual havia de alto a baixo uma grande cruz amarela. Atrás desta cruz que precedia os 80 prisioneiros e depois deles, seguia uma outra cruz no cimo da qual havia um grande crucifixo que era acompanhado por três homens e três mulheres, que deviam ser queimados por não se terem confessado arrependidos nem pedido misericórdia. Estavam vestidos com uma túnica pintada com as chamas infernais e tendo o seu retrato na parte da frente. Cada um deles era acompanhado por um reverendo padre jesuíta que os exortava ao arrependimento, mas em vão, porque quando pretendiam que eles beijassem o crucifixo, eles repeliam-no violentamente e, assim, como impenitentes, morreram. Seguia-se-lhes um homem que carregava a estátua do impenitente que morrera na prisão e um outro homem que trazia a caixa pintada de chamas do Inferno onde estavam os restos deste prisioneiro. Cada um destes prisioneiros, como já disse, vinha acompanhado de dois irmãos da misericórdia e percorreram parte da cidade em procissão até chegarem a uma vasta praça onde se erguia, diante do convento dos cónegos regulares, um grande estrado.

Antes das 5 horas já nós estávamos no local deste teatro. À entrada da escada de acesso havia dois guardas a fim de impedir que a multidão o invadisse e não deixavam subir senão os padres, os frades e as pessoas de qualidade. A multidão era esmagadora e dizia-se que estavam mais de 12 mil forasteiros porque se julgava que ia aparecer uma rapariga que durante 18 anos fora jesuíta e havia tomado as ordens do presbítero. E como nesta cerimónia se aparece com o traje com que se foi preso, três reverendos padres jesuítas, que são do Conselho de Sua Majestade, conseguiram que a rapariga não aparecesse e ficasse encarcerada o resto dos seus dias.

Se padres e religiosos são presos pela Inquisição, aparecem com os seus hábitos, como tive ocasião de ver três padres que figuravam no auto e de que a seu tempo falarei.

O teatro estava armado na praça principal, como já disse, e deste modo: toldava-o um pano de vela de navio. No fundo do teatro que estava atapetado ficaram os inquisidores que somente condenam os criminosos a penas temporais, porque são padres e a Igreja tem horror ao sangue; mas como a justiça secular está na mesma sala em que eles julgam aqueles que

não pedem misericórdia nem confessam os seus crimes, eles entregam-nos à justiça secular que, saltando os obstáculos, os condena ao fogo.

Ao fim da bancada dos inquisidores, à direita, estava um altar. Havia outro a meio e ainda outro à nossa mão direita.

À direita e à esquerda do teatro, que estava também alcatifado, ficavam os qualificadores do Santo Ofício.

À direita de quem subia, havia um grande anfiteatro e era preciso que fosse bem grande pois ali estavam os 86 prisioneiros, cada um deles com dois irmãos da misericórdia.

Diante deste anfiteatro havia um grande púlpito de onde se pregou e de onde foram lidos os processos e as belas ações de todos os prisioneiros, como adiante direi. As bancadas do teatro estavam cheias de toda a casta de pessoas de qualidade, mas não se via ali uma mulher.

A procissão, depois de ter feito o seu percurso por parte da cidade, chegou ao teatro, e os prisioneiros ocuparam o anfiteatro onde um padre subiu ao púlpito para pregar. Estabeleceu quatro temas para o seu sermão; um contra os bigamos, outro contra os judaizantes, um outro contra os blasfemos do Santo Nome de Deus e finalmente contra os quietistas, molinistas e infames, porque de toda esta casta de gente foram parar amostras à Inquisição.

Depois do sermão, subiu ao púlpito um outro padre, tendo na mão o processo de um judeu, o qual saiu do seu lugar para se vir colocar diante do púlpito de onde o padre leu tudo o que ele tinha justificado, depois do que voltou ao seu lugar, vindo, a seguir, um outro e assim sucessivamente foram sendo lidas as belas ações destes presos em que se contava um bigamo e um blasfemo do Santo Nome de Deus, o qual trazia um pau na boca. A maior parte destes presos era composta por judeus.

Figuravam também três desgraçados padres que ensinavam o quietismo e cometiam muito más ações. E, de entre estes, principalmente os dois últimos. Um queria passar por santo fingindo ressuscitar mortos que nunca deixaram de estar com vida, gabando-se de fazer muitos milagres, e o outro, que era um cura que havia sido expulso de certa congregação, tinha um grupo de devotas às quais ensinava coisas muito perigosas e com elas cometia abominações tão grandes que o pudor não permite descrevê-las. Tinha também trato com o demónio fazendo curas sem remédios, como compor braços e pernas partidas e outras curas no género.

Tal como os outros, compareceram estes padres diante do dito altar onde foram lidas em voz alta as suas prosas. Levou três horas a leitura das infâmias daquele cura expulso de certa congregação que assombraram toda a gente. Só ele se não espantava e as ouvia ler com a maior tranquilidade, assim como se estivesse a ouvir os maiores elogios em seu louvor.

Foram, todavia, todos três condenados a não exercer mais qualquer função sacerdotal e a prisão perpétua.

Este uso de ler publicamente todas estas vilanias não me agradou porque havia, pelas janelas, grande número de mulheres inglesas que os ouviam ler assim como nós e que se riam e motejavam, o que resulta em detrimento da religião, mas é isso o uso da Inquisição.

Depois que foram lidos os processos destes três padres, sendo perto de uma hora da tarde e estando eu a pé desde a uma hora da noite para ir dizer missa, porque as começaram a dizer desde essa hora, atravessei a multidão e fui jantar a casa dos franceses onde estávamos alojados.

Os três outros padres não tardaram em seguir-me e os senhores da Inquisição fizeram o mesmo. Pelas 3 horas recomeçou o auto inquisitorial e só terminou no dia imediato, ao meio-dia.

Como queriam que nesse dia fossem queimadas as seis pessoas condenadas às chamas, começaram pela leitura dos seus processos e realmente os condenados foram queimados nesse dia.

Andando nós, pelas 9 horas da noite, a passear pelas ruas, ouvimos matracas como num enterro. Eram os pobres desgraçados que iam a queimar.

À frente ia a cruz da misericórdia à qual se erguiam os condenados que já não envergavam a túnica com chamas, indo todos vestidos de branco. Os irmãos da misericórdia em número de mais de 40, tinham na mão uma grande tocha de cera branca acesa e assim, processionalmente, os levavam para o areal, por altura de meio da ponte, onde havia sete pequenas barracas de madeira que eu já tinha ido ver de dia, metiam-nos um em cada uma delas, ficando sentados num pequeno banco. O cofre onde estavam os ossos daquele homem que morreu impenitente na prisão foi colocado numa dessas barracas para também ser queimado.

À meia-noite deitaram fogo às sete barracas, e depois de queimados os corpos, deixaram ao vento as cruzes dos que haviam sido queimados. Eram pai, mãe, filha e genro.

E eis aqui o que é um auto-de-fé da Inquisição.»

«Depois de termos visto este auto-de-fé, (...) partimos de Coimbra para o Buçaco.

Buçaco é um convento de carmelitas descalços, erguido numa montanha muito elevada porque gastámos mais de uma hora para lá chegar.»

«Tivemos de deixar este sítio deleitoso e nada ermo para seguirmos viagem para Santiago e fomos ficar a Areias, que é a grande povoação assim como a Bemposta, de onde partimos para Oliveira de Azeméis, onde existe um belíssimo convento de cónegos regrantes, seguindo para o Porto.

Porto — É uma cidade bastante grande, bela e agradável, a mais agradável de Portugal, com ruas muito largas e limpas e casas muito bem construídas.

Esta cidade edificada sobre uma eminência, tem porto e é bispada. Os navios atracam junto das muralhas da cidade, amarrando ali as grossas argolas. Toda a qualidade de navios pode ali entrar e ficar ao abrigo de qualquer investida. A barra, ou seja, onde o rio Douro desagua no mar, é muito perigosa.

Existe ali uma grande quantidade de conventos, os quais embelezam muito a cidade. Nós estávamos alojados no convento dos franciscanos que nos receberam e obsequiaram magnificamente. Julgava eu que no domingo de Corpo de Deus iria ver os dançarinos, mas enganei-me pois só vi um que dançava diante do Santíssimo Sacramento, com uma máscara medonha e tocando guitarra.

As ruas estavam riquissimamente enfeitadas com tapeçarias e era grande o número de pessoas que com grandes círios acompanhavam o Santíssimo. Saímos do Porto a caminho de Braga passando por *Vila Nova*, que é uma povoação importante.

Braga — A cidade não é grande, muito embora seja um arcebispado, com o rendimento de 170 mil libras. Inculca-se primaz das Espanhas, mas o arcebispo de Toledo disputa-lhe essa primazia.

Existem na cidade quatro belas praças. O altar da catedral é muito belo.

Estivemos hospedados no paço arquiépiscopal e o senhor arcebispo quis que ali permanecêssemos oito dias para repousarmos. Não aceitámos mais de um, o qual foi o de São João Batista, em que assistimos a uma esplêndida procissão de que passamos a fazer um relato fiel.

Começarei por me referir a mais de 100 pessoas mascaradas que ali havia, porque é costume tanto em Espanha como em Portugal fazer figurar mascarados nas procissões. Se uma religiosa deseja pagar, na festa da sua profissão, logo terá um bando de mascarados que, com guitarras e tambores de pele de carneiro, virão dançar na igreja diante do Santíssimo Sacramento, pois sem isto a festa não seria festa. Em Lisboa, quase sempre que saía à rua, assistia a esta espécie de cerimónias. Três dos mascarados a que me refiro abrem a procissão falando indiferentemente a raparigas e mulheres porque nesta função isto lhes é permitido.

Eu vi perfeitamente toda esta procissão, porque estava numa grande sacada do palácio arquiépiscopal acompanhado por dois sobrinhos do senhor arcebispo. Deitava para um vasto terreiro onde havia uma grande multidão. Depois destes três mascarados seguia um boi cujos cornos estavam enfeitados com fita vermelha, muito larga, e a este boi seguia-se um carro puxado a bois, carregado de ramos e troncos de árvores, atrás do qual marchavam quatro gigantes, prodigiosamente altos, que faziam umas par-

tes que eram de nos fazer rebentar a rir. Estes gigantes eram feitos de cartão e postos às costas de cada homem que, aliás, se não via. Traziam entre eles um anãozito que não media mais de pé e meio de altura.

Vinha depois São João Batista no deserto, num andor onde havia repuxos de água e um menino nuzinho, de três anos pouco mais ou menos, que representava São João Batista. Este deserto era levado por quatro homens que caminhavam ocultos, como os outros de que já falei.

Seguiam, depois, oito pessoas mascaradas que pararam diante do palácio, o que muito me aprouve, porque nunca havia assistido a esta espécie de procissões onde participassem dançarinos mascarados. Em verdade isto tem o seu quê de pagão, contudo, nunca foi possível abolir estes costumes tão-pouco conformes com o cristianismo.» pp. 59-75

«... regressámos a Lisboa onde chegámos no fim de julho de 1699, tendo logo tido notícia da doença da rainha que era filha do duque de Neuburg e irmã da imperatriz e da rainha de Espanha. A sua doença teve origem na perfuração de um nervo quando lhe tentavam coser a orelha que se rasgava por causa do peso dos brincos que usava, porque as portuguesas usam brincos mais compridos que meio palmo, tendo a largura em proporção. São estes brincos constituídos por pequenas cadeias de ouro artisticamente trabalhados e enfeitados com pérolas finas. Vi mulheres mouriscas ostentar alguns que custavam mais de 50 escudos, e por aqui se pode avaliar do valor daqueles que são usados pelas fidalgas e dos que a rainha desejava usar e que tinham sido um presente da rainha viúva de Inglaterra, irmã do rei de Portugal. Estes brincos, sendo tão compridos e largos, são, conseqüentemente, muito pesados e rasgam as orelhas das mulheres que os usam. Por isso se veem muitas orelhas rasgadas, como aconteceu à rainha de Portugal com aqueles que usava, pelo que lhe quiseram coser a orelha tendo-lhe então perfurado um nervo, o que lhe originou uma inflamação que lhe deu febre na cabeça e um fluxo intestinal, doenças que lhe causaram a morte. Morreu no dia 4 de agosto de 1699 às cinco horas da tarde. No dia 6 do mesmo mês foi sepultada, tendo sido ditas muitas missas no palácio real onde se armaram vinte altares num grande salão e mais numa sala contígua.»

«Nós permanecemos em Lisboa até ao dia 8 de dezembro de 1699 e durante o tempo que ali permanecemos houve dezassete tremores de terra e entre eles um, em 26 de outubro, às cinco horas da tarde, que foi terrível. Estávamos a rezar completas e vimos a igreja oscilar, tendo caído a nossa estante e da abóbada da igreja muita terra, pelo que julgámos que também nós íamos ficar prostrados. Muitas casas ruíram e houve louça partida. Depois do funeral da rainha, o rei esteve um mês sem despachar, falando só a alguns oficiais de serviço, e tendo deixado crescer a barba.

Quando morre algum fidalgo, os usos, para a circunstância, são muito particulares. Se é a mulher que morre, o marido está seis meses e até mesmo um ano sem sair de casa e até sem ouvir missa, a menos que a não tenha em casa. Os plebeus só mantêm este luto durante três meses.

Por ocasião da minha estada em Lisboa, chegaram as frotas de Angola, do Brasil e das Índias. Contava 90 navios dos quais 54 se destinavam a Lisboa e 36 ao Porto. Fui ver esta armada embarcado numa canoa e singrando por entre os navios encontrei-me entre o fogo dos seus canhões que saltavam repetidamente. Todos os barcos traziam ricas cargas e dizia-se que o navio das Índias carregava dezasseis milhões.»

«Deixámos Lisboa para voltar a França, tomando o caminho de Espanha, em 8 de dezembro, em que fomos dormir a *Aldeia Galega* que está fronteira a Lisboa, na outra margem do Tejo, que ali tem mais de três léguas de largura, e é uma povoação importante, onde desembarcam todos os que vão para o Alentejo ou para Espanha.»

«Antes de sair de Portugal, embora o país seja belo, bom, risonho, fértil e agradável, direi, contudo, que as estalagens e hospedarias são ali muito más, exatamente como em Espanha, mas piores em Portugal porque em qualquer destas hospedarias não haverá mais que um mau quarto para o dono e dona da casa e onde os hóspedes se não atrevem a entrar. Geralmente não há ali pão, nem vinho, nem carne e faz-se mister que cada um vá fora comprar o que precisa. Ali se dorme juntamente com as mulas, em cima de palha solta, ou de esteiras de junco ou ainda em cima de mantas que se estendem no chão. Por isso, passei em Portugal sem que o pudesse evitar. Não foi necessário rebate para nos acordar, porque com uma tal cama-esteira no chão e a minha capa por cobertura — e por companheiros uns almocreves que se levantaram às três horas da manhã —, não nos ferrávamos no sono.

Se o país fosse frio, pode avaliar-se quão quentinhos nos seriam estes leitos, que por duas ou três vezes nos couberam em sorte.

Assim deixámos Portugal e entrámos em Espanha pela Estremadura.»
pp. 80-85

TOURS, François de, *Itinerário em Portugal 1699*, in *Portugal nos Séculos XVII e XVIII. Quatro Testemunhos*. Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Lisóptima Edições, 1990.

SÉCULO XVIII (1700-1750)

D. PEDRO II — D. JOÃO V

O próximo testemunho, *Descrição da Corte de Portugal no Reinado de D. Pedro II*, de John Colbatch, data de 1700. Reina **D. Pedro II** que se tornou rei de pleno direito com a morte de seu irmão D. Afonso VI em 1683.

Último dos sete filhos do *Restaurador*, quarto na ordem de sucessão, D. Pedro II foi terceiro rei da Dinastia Brigantina, pelo ditame duma solução política de emergência na grave conjuntura das primeiras décadas da Restauração.

Além de D. Pedro II, Portugal vai conhecer mais três monarcas de pleno direito durante este século XVIII. São eles: D. João V, D. José e D. Maria I.

A primeira metade do século XVIII é marcada pelo reinado de D. João V, época em que a exploração das riquezas do Brasil vai permitir a construção de majestosos edifícios.

Sucedendo a D. Pedro II, em fins de 1706, sobe ao trono **D. João V**, com 18 anos incompletos e é aclamado rei a 1 de janeiro de 1707, ainda em plena Guerra da Sucessão de Espanha.

Nascido em 1689, no Paço da Ribeira, foi cognominado de *Magnânimo*, ou *Magnífico*, este último pelos seus panegiristas ao celebrarem-lhe as excessivas prodigalidades e despesas sumptuárias, quase exclusivamente em pompas e obras de mera ostentação de soberba e megalomania. Nos seus acessos de megalomania costumava exibir esta frase bem significativa: «Meu avô deveu e temeu, meu pai deveu, eu não temo nem devo.»

Cedo chegou a hora de o monarca casar. A escolhida foi uma austríaca, a arquiduquesa Maria Ana de Áustria. O casamento realizou-se em Viena a 9 de junho de 1708 e chegaram a Lisboa a 26 de outubro, esperando-os imponentes festejos.

Para tanta festança e opulência, as minas de ouro do Brasil, entre outras, forneciam os meios, e a fama destas vidas ultrapassava fronteiras.

Portugal parecia, todavia, não beneficiar da melhor forma das grandes quantidades de ouro que chegavam do Brasil, pois muitas vezes funcionava como um intermediário na acumulação de capitais amealhados pela Inglaterra; só ocasionalmente em períodos de crise entre a França e a Inglaterra é que Portugal aproveitava convenientemente estes recursos.

Por interesse político, D. João V casara com a desajeitada e feia arquiduquesa da Áustria, sete anos mais velha que ele, fino moço de 19 anos.

D. João V era galanteador, muitíssimo amigo de damas e donzelas, não só enquanto poeta mas também como sensual. Rodeava toda a sua atividade de grande pompa e esplendor, imitando em tudo os hábitos de Luís XIV e da sua corte. Mandava vir as suas fartas cabeleiras de França, assim como os fatos, bálsamos e essências.

Como «não há bela sem senão», os excessos vitimaram D. João. Atacado pelos excitantes que ingeria e pelo esgotamento, ficou paralisado do seu lado esquerdo, não lhe valendo os banhos aconselhados pelos mais ilustres médicos do reino.

D. João V foi o mais formalista e mais devoto de todos os monarcas portugueses e a sua excessiva preocupação com o seu prestígio pessoal levou a relações muito tensas com o papado entre 1728 e 1732. Mas foi sempre esbanjador nos gastos com a Igreja, copiando tanto quanto possível o recém-criado patriarcado de Lisboa, pelo esplendor e pelo cerimonial, os rituais da Basílica de São Pedro em Roma. Tomou o partido dos Jesuítas da missão da China nas disputas que estes tiveram sobre os célebres ritos chineses; mas as quantidades de ouro brasileiro que mandou para a corte papal e para os cardeais mereceram-lhe de facto o título de rei *Fidelíssimo* em 1748, realizando-se assim o desejo há muito acalentado de igualar o *Cristianíssimo* rei de França e o *Mui Católico* rei de Espanha.

O rei D. João V imitou abertamente e de muitas maneiras Luís XIV, o *Rei Sol*, e esforçou-se por inaugurar uma era dourada de absolutismo em Portugal, tal como Luís XIV havia feito em França. Conseguiu-o até certo ponto, porquanto, durante o seu reinado, Portugal atingiu uma posição de prestígio e importância internacionais que nunca mais voltara a ter desde o reinado de D. Manuel I e da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Lisboa era novamente uma das mais ricas cidades da Europa e também uma das mais populosas e insalubres. Se muito do ouro brasileiro que chegava a Lisboa foi desbaratado em estabelecimentos eclesiásticos extremamente dispendiosos, em generosidades com o patriarcado e na construção do gigantesco palácio-mosteiro de Mafra, rival do Escorial e de Versalhes, algum desse ouro foi gasto em empreendimentos mais justificáveis: nas magníficas bibliotecas de Coimbra, Mafra e do Colégio Oratoriano de Lisboa; na cartografia científica de algumas regiões do Brasil e nas moedas de ouro que dava aos pobres e necessitados nas audiências públicas bissemanais que concedeu durante muitos anos. Um dos mais notáveis monumentos deste reinado é o Aqueduto das Águas Livres, construído essencialmente entre 1732 e 1748, que transportou, pela primeira vez, água potável para Lisboa em quantidade suficiente. Esta obra magnificente foi financiada por uma

taxa suplementar sobre o vinho, carne e azeite consumidos pelos habitantes de Lisboa e do seu distrito, mas D. João V tem merecimento pelo facto de ter insistido para que os eclesiásticos, incluindo os do mal habituado patriarcado, pagassem a sua parte da taxa quando mostraram a sua relutância habitual em fazê-lo com a desculpa da imunidade eclesiástica.

O Aqueduto das Águas Livres era de uma utilidade pública tão evidente que as classes trabalhadoras pagaram a sua parte da taxa mais ou menos sem se queixarem, mas o mesmo não aconteceu com a construção de Mafra, na qual trabalharam, em 1729, 50.000 operários, tendo morrido de acidente, entre 1717 e 1730, 1338 operários. Eram requisitados em quantidades maciças carroças e animais de carga para o transporte dos materiais de construção e das provisões, e artífices experimentados eram coagidos a trabalhar ali se, por acaso, mostravam qualquer relutância em ir de sua livre vontade. Um cônsul francês descontente queixava-se em 1730 de que era impossível encontrar um único carpinteiro de carros em Lisboa para consertar a roda partida de um coche, sendo assim obrigado o dono a andar a pé, por muito elevada que a sua posição social pudesse ser. O enviado britânico havia-se queixado anteriormente de que era impossível encontrar um balde de cal para cair a casa. Já em 1720, o embaixador francês em Lisboa informava confidencialmente o seu rei de que a obra nunca seria acabada porque o tesouro estava vazio e nem todo o dinheiro da Península Ibérica chegaria para a pagar. Mas foi mesmo acabada, ainda que os salários dos artistas e dos artesãos que nela tinham trabalhado estivessem muitas vezes atrasados durante meses e anos sem fim. O Conselho Municipal de Lisboa faliu por causa dos empréstimos que foi obrigado a realizar para ajudar a financiar esta obra e que o rei acabou por não pagar, apesar das repetidas advertências e das reiteradas promessas. O naturalista-soldado suíço Charles Frédéric de Merveilleux, autor de *Memórias Instrutivas Sobre Portugal* e que visitou Mafra em 1726, observou que, na realidade, quase toda a gente se queixava desta dispendiosa extravagância, acrescentando: «É certo que três quartos dos tesouros do rei e do ouro trazido, pelas frotas, do Brasil, foi aqui transformado em pedras.»

Mas não foi apenas a construção de Mafra que estropiou financeiramente o Conselho Municipal de Lisboa, pois o rei obrigou-o a celebrar a festa anual do Corpo de Deus de um modo tão grotescamente sumptuoso em 1719 que o Conselho nunca mais conseguiu pagar as dívidas contraídas nessa ocasião. Os casamentos reais entre as casas reinantes de Espanha e de Portugal, em 1729, foram sobretudo financiados pelo lado português através de um imposto (eufemisticamente conhecido por *donativo*) lançado sobre Portugal inteiro e todo o seu Império, tendo, só a parte do Brasil, atingido 8.000.000 de cruzados. As pessoas ressentiram-se também muito

desta carga fiscal, especialmente os luso-brasileiros que tiveram de contribuir com a percentagem maior. Remessas de dinheiros vindos com este fim continuaram a chegar a Lisboa durante muitos anos, pois é evidente que os dotes e despesas implicados não atingiam senão uma fração daquela soma. Na altura em que o rei *Magnânimo* morreu, em 1750, era um fanático basbaque. Longe de «nem temer nem dever», estava aterrorizado com a morte que se aproximava e crivado de dívidas. Não havia dinheiro suficiente no Tesouro real para pagar o seu funeral e alguns dos criados da casa real, entre os quais o cocheiro da rainha, não recebiam qualquer salário havia cinco anos. Os pagamentos do Exército e da Marinha, especialmente os das guarnições coloniais mais remotas, estavam também frequentemente em atraso, na totalidade ou em parte, durante períodos muito longos.

Deve, no entanto, confessar-se que o «retrato» tradicional de D. João V como o mais indolente e o mais supersticioso dos reis portugueses, ativo apenas nos seus amores com freiras e nos pródigos gastos com igrejas e com música, é, em grande parte, uma caricatura. Em grande parte mas não inteiramente. Era um homem diferente antes dos ataques epiléticos que o diminuíram física e mentalmente na década de 1740, transformando a sua sempre pronunciada religiosidade em qualquer coisa como uma obsessão religiosa. Antes dessa altura, um embaixador britânico em Lisboa que o conhecia bem considerava que ele era «uma inteligência penetrante» e que era «extremamente rápido e ativo» na compreensão e no despacho dos assuntos oficiais. Esta opinião favorável é confirmada por um estudo dos papéis de Estado e da correspondência privada do rei. Estes documentos mostram que, durante a maior parte do tempo, foi um monarca inteligente e consciencioso, se bem que sempre atreito a recaídas e ataques depressivos. Além disso, os seus erros mais evidentes eram partilhados pela grande maioria dos seus súbditos. Alguns portugueses que tinham vivido durante bastante tempo em Paris, Roma, Londres ou Haia e que tinham sido fortemente influenciados pelos princípios do Iluminismo, podiam ter deplorado e deploraram a paixão de D. João V pelo ritual esplendoroso dos serviços religiosos, o seu gosto em decretar dias de festa e feriados religiosos, a proteção que dava à Inquisição, o seu respeito exagerado pelos padres, freiras e eclesiásticos de todos os tipos. Mas a maioria dos seus compatriotas pensava exatamente o mesmo que ele acerca destas coisas, em parte talvez porque as numerosas festas religiosas significavam que havia apenas cerca de 122 dias de trabalho no ano português.

Para os filósofos iluministas, o homem era naturalmente bom, porém, era corrompido pela sociedade com o passar do tempo. Eles acreditavam que se todos fizessem parte de uma sociedade justa, com direitos iguais a todos,

a felicidade comum seria alcançada. Por esta razão, eles eram contra as imposições de caráter religioso, contra as práticas mercantilistas, contrários ao absolutismo do rei, além dos privilégios dados à nobreza e ao clero.

Durante o século XVIII, as moedas de ouro luso-brasileiras tornaram-se das moedas mais correntes e populares em circulação, especialmente em Inglaterra e nas Américas, incluindo nas colônias norte-americanas britânicas antes de 1778. Os carregamentos de ouro brasileiro de Lisboa para Amesterdão, Hamburgo e todos os outros sítios eram geralmente transportados via Inglaterra, por causa da frequente possibilidade de utilização e das facilidades especiais oferecidas pelas firmas e casas inglesas.

As grandes quantidades de produtos manufaturados, cereais, manteiga, carne e outras provisões vindas do estrangeiro (sobretudo de Inglaterra) e que eram pagas a bom preço em ouro brasileiro destinavam-se quase exclusivamente às prósperas cidades de Lisboa e do Porto e aos seus arredores mais próximos. No resto do país, devido às estradas execráveis (mesmo segundo os padrões do século XVIII) e à escassez de rios navegáveis, as indústrias locais e regionais resistiam com êxito à concorrência estrangeira, porquanto os produtos importados não podiam suportar o custo adicional do transporte para o interior. Um viajante italiano (José Gorani) que visitou Portugal observou apenas com um ligeiro exagero que era mais fácil encontrar em Lisboa um navio com destino a Goa ou ao Brasil do que uma carruagem para o Porto ou para Braga.

O comércio dos vinhos estava florescente, se bem que fosse do conhecimento geral que os mercadores ingleses que dirigiam as exportações auferiam lucros muito superiores aos dos cultivadores portugueses. Se é verdade que a maioria do ouro brasileiro que chegava a Portugal acabava depois por ir parar a Inglaterra, ou era transformado nas pedras de Mafra, ou desperdiçado nas igrejas e no patriarcado de Lisboa, algum desse ouro foi deslocado para o campo, como o provam as encantadoras quintas e solares que foram construídos e reconstruídos nesta altura. Se a vida de alta sociedade levada pelos prósperos mercadores ingleses em Lisboa e no Porto era o que mais impressionava muitos dos estrangeiros que visitavam essas cidades, houve também muitos mercadores e empresários portugueses que fizeram as suas fortunas no comércio do Brasil.

Não obstante tanta riqueza, o erário público estava seriamente empenhado à altura da morte de D. João V, em 31 de julho de 1750. Depois de uma vida de fausto e devassidão, deixou atrás de si gastos na ordem dos cento e vinte e cinco milhões de cruzados, noventa e sete mil e quatrocentas e setenta moedas de ouro, mil quinhentos e trinta marcos de ouro, doze milhões de diamantes, vinte e duas caixas de ouro em barra e duas de ouro

em pó. Mas, apesar disso, os hábitos luxuosos e oponentes tinham criado raízes, não havendo luxo que não se tentasse.

Os nobres viviam em grandes palacetes e tinham um mobiliário sumptuoso: camas com dossel, arcas de couro ornamentadas, cadeirões almofadados, cómodas com gavetas sobrepostas, ricas tapeçarias.

A alimentação era mais variada devido às culturas do milho, feijão e batata. O povo alimentava-se de pão, leite, peixe, legumes, carne de porco e vinho.

As pessoas mais abastadas usavam serviços de louça em porcelana ou em prata. O povo usava louça de barro.

O vestuário dos fidalgos era a casaca bordada, de lã, veludo ou seda; calções ajustados ao corpo e atados sobre o joelho; camisa de rendas; gravata de seda; meias de seda; sapatos de cabedal com uma roseta ou fivela; chapéu de três bicos; grandes cabeleiras postiças em caracóis (perucas). A grande novidade desta época era o uso de óculos.

As senhoras usavam saias armadas e corpetes justos; penteados altos.

Os homens do campo vestiam calções de pano grosseiro, camisa, jaqueta ou colete e botas altas. As mulheres vestiam blusas, saias compridas e rodadas, avental e capas.

Neste século criaram-se fábricas de tecidos, vidros, cerâmica, azulejos e papel.

POPULAÇÃO NO MUNDO

No século XVIII, a população mundial passa de 470 milhões de habitantes no começo do século, para 690 milhões em 1750, para atingir finalmente 870 milhões no final do século, dos quais mais de metade vivem na Ásia. O continente americano passa de 8 milhões de habitantes em 1650 para 11 milhões em 1750. De 1700 a 1800 a população europeia aumenta de 120 para 190 milhões de habitantes. Este crescimento demográfico explica-se pelos progressos realizados em matéria de higiene, de alimentação e na medicina, especialmente com a descoberta da vacinação. Todos estes elementos contribuem para o recuo da mortalidade em geral e da mortalidade infantil em particular.

No entanto, estes progressos são relativos. Numerosos documentos continuam ainda a mencionar as lamentáveis condições de higiene, especialmente nos hospitais; o número de crianças abandonadas, prática muito corrente na época, não cessa de aumentar: de 1730, em Paris, no ano de 1700, este número passa para 5570 em 1780, para se fixar depois em 4050 em 1810.

...

A ESCRAVATURA

Chamado comércio triangular deve o seu nome à figura geométrica que desenha no planisfério. Os europeus compram escravos negros em África, principalmente na costa da Guiné. Estes escravos são em seguida revendidos na América, onde o trabalho servil está muito generalizado. É o tráfico de escravos negros. Maltratados pelos negreiros, considerados como bens móveis cujo valor depende das suas qualidades físicas, os negros não gozam praticamente de nenhum direito, apesar da existência do «código negro» estabelecido por Colbert em 1685, que regulamenta o estatuto dos escravos. Estes constituem uma mão-de-obra barata e bem adaptada às condições climáticas; é graças a ela que a Europa pode assegurar a prosperidade e a extensão das suas plantações no Novo Mundo, bem como a extração dos minerais nas suas colónias. Peles, metais preciosos, tabaco, café, açúcar e rum constituem os principais produtos então importados da América; nesta importação reside a última operação do comércio triangular.

DESCRIÇÃO DA CORTE DE
PORTUGAL NO REINADO
DE D. PEDRO II

JOHN COLBATCH



«... graças a Deus, a nossa nação nunca esteve em condições de os necessitar e as forças de Portugal são tão limitadas, que pouco se pode esperar dali, mesmo na ocasião mais urgente.»
JOHN COLBATCH, 1700

«John Colbatch, um capelão inglês que viveu muitos anos em Lisboa, é o autor de uma descrição da corte de D. Pedro II de que traduzi as passagens que se seguem.

Esta obra foi publicada em 1700 com o título *An Account of the Court of Portugal Under the Reign Of The Present King Dom Pedro II.*

No prefácio, Colbatch, que era teólogo anglicano, afirma que travou conhecimento com “pessoas inteligentes” e que aprecia vários escritores portugueses, cujas obras levou para Inglaterra, onde até então eram desconhecidas.»

Maria Laura Bettencourt Pires

DOS INTERESSES DE PORTUGAL EM RELAÇÃO A INGLATERRA

«Nos seus relatos da conquista desta cidade (Lisboa), dizem-nos os autores portugueses que, no ano de 1147, uma grande frota vinda de Inglaterra e com destino à Terra Santa, sob o comando de William Longspe, passou em frente da Rocha de Sintra (Cabo da Roca), Afonso Henriques falou com os comandantes e estes concordaram em ficar no Tejo e em se juntarem a ele no cerco de Lisboa, com a condição que, uma vez a cidade capturada, metade fosse para eles. Assim a cidade foi cercada durante cinco meses e 200 mil mouros foram mortos.

D. Afonso quis manter o combinado e dar-lhes a sua parte da cidade e fazer uma divisão equitativa entre todos do que tinha sido tomado dentro e fora dela, mas eles generosamente recusaram-se a aceitar. Disseram que

não tinham deixado a sua terra para obter fortunas, mas com um objetivo mais glorioso e além disso achavam que não lhes ficava bem terem soberania dentro dos domínios de outro Príncipe. Assim, tendo aceitado uma pequena parte dos despojos, continuaram a sua viagem.

Não me responsabilizo pelas várias circunstâncias desta história, porque creio que algumas delas não são verdadeiras. Creio que não há nenhum relato entre os que escreveram sobre a Guerra Santa de uma expedição feita neste ano e o famoso Conde de Salisbury, se fosse ele a pessoa referida como Guilherme de Longa Espada, ainda não tinha nascido e por muitas razões não podemos aceitar o relato da mortandade, uma delas é que Lisboa, naquela época, não era suficientemente grande para conter tanta gente. Os habitantes atuais não devem exceder muito esse número, mas as muralhas, que agora existem e que não foram construídas até 1375, embora contenham apenas uma parte da cidade, são muito mais amplas do que as existentes na altura do cerco.

Os estrangeiros tinham então o seu acampamento no cimo do monte, onde estão o mosteiro de S. Francisco e a igreja dos Mártires, que estão atualmente mesmo no centro da cidade e o campo dos Portugueses estava do outro lado, onde agora está a igreja de S. Vicente, que embora fique dentro das muralhas, ainda tem o nome de S. Vicente de Fora, porque naquele tempo ficava fora da cidade.

Na verdade, a antiga cidade de Lisboa não era muito maior do que o monte onde agora se ergue o Castelo de S. Jorge, por isso, os que conhecem o local nunca podem pensar que naquele sítio pudessem ter sido mortas 200.000 pessoas ao tomá-lo, mesmo que tivessem passado à espada toda a gente.

Contudo, que Lisboa foi conquistada neste ano e que foi com a ajuda dos Ingleses e de outros estrangeiros, é afirmado pelos historiadores espanhóis assim como pelos portugueses. Penso que deviam ser mercenários, que Afonso Henriques convidou a virem na esperança de pilhagem e de uma parte da conquista. E não é provável que eles recusassem a recompensa que lhes tinha sido prometida, fosse ela o que fosse, por estarem empenhados na Guerra Santa, visto que ficaram tantos no país que a falta deles teria decerto feito interromper a viagem.

Os que ficaram receberam as vilas de Almada, Vila Franca, Vila Verde, Azambuja, Arruda, Lourinhã e várias outras terras que, de acordo com os historiadores portugueses, foram todas povoadas por estes estrangeiros.»

«Vi uma grande coleção de privilégios concedidos por vários reis de Portugal aos Ingleses... Foram copiados dos arquivos do Reino, na Torre do Tombo. Mas o mais antigo era do rei D. Fernando cujo reino só começou em 1367.

(...) Tendo mencionado os benefícios trazidos à nação portuguesa pela nossa, seria de esperar que se fizesse um relato dos recebidos deles. Tem de se reconhecer, em honra dos Portugueses, que em várias ocasiões mostraram uma generosa preocupação pelos nossos reis Carlos I e II nas suas horas más, fazendo-lhes muito bons officios através dos seus ministros, tanto em Inglaterra, como noutros países. Também receberam com hospitalidade os príncipes Robert e Maurice no seu porto de Lisboa, embora com isso pudessem vir a sofrer.

A lembrança destas coisas foi, sem dúvida, um grande motivo para o rei Carlos II os tomar sob a sua proteção.

Mas quanto a pagamento no mesmo género, graças a Deus, a nossa nação nunca esteve em condições de os necessitar e as forças de Portugal são tão limitadas, que pouco se pode esperar dali, mesmo na ocasião mais urgente.

(...) Se os privilégios dos nossos conterrâneos que residem em Portugal e que foram garantidos e confirmados por tantos dos seus reais antepassados e assegurados por tantos tratados solenes, foram nos últimos anos manifestamente violados ou iludidos por todas as artes da astúcia, se durante a última guerra as suas cidades marítimas eram quase os únicos portos da Cristandade que ficaram livres e isentos do nosso domínio e que se transformaram em ninhos para os corsários franceses e piratas irlandeses, se, por causa do nosso religioso cumprimento da paz em Portugal, estes corsários encontraram refúgio mais seguro em Lisboa, Porto e Faro do que em Marselha, St. Maio ou Dunquerque, e se as nossas frotas mercantes eram mais atacadas na costa portuguesa do que na de França ou nos estreitos, se os nossos barcos atacados à vista dos castelos portugueses e nos seus rios eram tomados e destruídos à vista do palácio do rei, enquanto, por artigo expresso das nossas capitulações, todos os navios ingleses, tomados fosse por quem fosse, que fossem trazidos para qualquer dos domínios portugueses, deviam ser restituídos aos seus legítimos donos, e finalmente, se nestas e em todas as outras ocasiões, prestaram mais consideração às ameaças francesas, quando eles não podiam fazer outra coisa senão ameaças, do que às nossas queixas, nós tínhamos o remédio nas nossas mãos. Se alguma destas coisas foi assim, a culpa deve ser totalmente atribuída aos ministros a quem o Rei, como se disse, concede tanto na resolução dos problemas. Um príncipe com a Honra, Justiça e Prudência das Majestades portuguesas não se pode imaginar que tenha algo a ver com ações tão pouco recomendáveis. Mas se algumas destas coisas foram assim, tem a ver com as pessoas mais diretamente envolvidas.

Em assunto que se relaciona mais diretamente com os nossos negociantes ingleses, que vivem naquele reino, eles têm motivos para estarem

satisfeitos com a nação portuguesa, onde são tratados com todo o respeito e delicadeza por um povo que não pode ser insensível às grandes vantagens que o nosso comércio lhes traz ao país, pois nós fornecemos-lhes o que é necessário para a vida, em troca de artigos para o nosso luxo: vestimo-los com os nossos tecidos de lã e alimentamo-los com o nosso peixe da Terra Nova e em troca libertamos-lhes o país dos vinhos (e a preços excessivos), que todos os mais sensatos e melhores entre eles pensam que é melhor serem mandados para fora do que ficarem no país. Mas não é só o benefício do comércio que recomendam os nossos compatriotas aos Portugueses, a sua maneira honesta e generosa de negociar deu-lhes tanto crédito que “Palavra de hum ingrê”, palavra de inglês, é considerada como uma segurança das melhores.

É verdade que as ideias horríveis que as pessoas têm dos heréticos, como eles nos chamam, faziam-nos considerar os nossos compatriotas como uma estranha espécie de monstros, de tal maneira que, quando o nosso pequeno exército pela primeira vez penetrou no país, os camponeses, em vez de os abençoarem como os seus libertadores, ficavam à espera de uma ocasião para lhes fazer algum agravo. Porém, quando acabou a primeira campanha, viram que eles eram muito diferentes do que tinham imaginado e começaram a considerá-los não só como homens, mas como algo mais, vendo que eles eram tão pacíficos e gentis nos quartéis, como tinham sido ferozes no campo de batalha...» pp. 105-108

COLBATCH, John, *Descrição da Corte de Portugal no Reinado de D. Pedro II...*, in *Portugal Visto pelos Ingleses*. Tradução e prefácio de Maria Laura Bettencourt Pires, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

MEMÓRIAS INSTRUTIVAS
SOBRE PORTUGAL 1723-1726

CHARLES FRÉDÉRIC DE MERVEILLEUX



«Raramente nos dão em Portugal copos bem lavados, a apresentação da mesa não é má, mas os portugueses ignoram as boas maneiras e servem os seus convidados com os dedos que acabaram de meter na boca.»

CHARLES F. DE MERVEILLEUX, 1726

«O viajante Charles Frédéric de Merveilleux, médico naturalista, prestou serviço e fez carreira nos exércitos do rei de França, onde atingiu o posto de tenente-coronel, e serviu esporadicamente ao Rei de Portugal em quatro períodos relativamente curtos.

Merveilleux debruça-se sobre as novas obras que entretanto eram feitas no âmbito do programa de renovação urbana empreendido pelo Magnânimo: “De dia para dia Lisboa ganha em beleza e possui habitações de agradável aspeto. Não obstante, Lisboa nunca será uma bela cidade enquanto não estiver limpa de imundícies e dotada de lanternas para iluminação das ruas durante a noite... Entre as construções em curso enquanto estive em Lisboa, a do Conde de Tarouca era a que mais dava nas vistas.”

Sobre Portugal, Merveilleux escreve: “De um modo geral, Portugal pode ser considerado como um excelente país, não obstante a falta de chuvas de que sofre. As terras produzem quase sem trabalho e indemnizam abundantemente os cuidados com o seu cultivo. Embora o reino seja pequeno, mais de metade dele está por cultivar. Comarcas inteiras encontram-se cobertas de papoilas, donde, na Grécia, se extrai o láudano. Quando os portugueses querem cultivar um trato de terreno nestas condições, pegam fogo ao mato da extensão que julgam necessário e com essas cinzas adubam as terras, obtendo assim abundantes colheitas. Que riquezas não extrairia Sua Majestade dos seus Estados se eles fossem povoados por anabatistas e outras gentes laboriosas! Não hesito afirmar que este reino, embora pequeno na Europa, podia converter-se em fornecedor dos seus vizinhos de toda a espécie de frutos que a terra pode produzir.”»

«Este estado ruinoso do país não foi só acusado pelos estrangeiros. Reconheciam-no também os portugueses mais ilustrados. O marquês de Fronteira dizia a Merveilleux: “Não somos tão tolos que não reconheçamos as grandes vantagens que poderíamos obter com os diversos projetos que nos propõem, mas a razão de Estado não o permite.” E as razões dessa razão de Estado explana-as Merveilleux, que as anotou e constituem algumas das páginas mais interessantes das suas Me-

mórias. *D. Luís da Cunha, na sua célebre carta ao príncipe D. José, assim descrevia:* “Se pois V. A. quiser dar uma volta aos seus reinos, observará em primeiro lugar a estreiteza dos seus limites, à proporção dos do seu vizinho; achará, mas sem espanto, muitas terras usurpadas ao comum, outras incultas, e muitos caminhos impraticáveis, de que resulta faltar o que eles poderiam produzir e não haver entre as Províncias a comunicação necessária para o seu comércio. Achará muitas e grandes povoações quase desertas, com as suas manufaturas arruinadas e perdidas, e extenuado totalmente o seu negócio. Achará que a terça parte de Portugal está possuída pela Igreja, que não contribui para a despesa e segurança do Estado, quero dizer, pelos Cabidos, pelas Colegiadas, pelos Priorados, pelas Abadias, pelas Capelas, pelos Conventos de frades e freiras; e, enfim, acharia que o seu reino não é povoado como pudera ser para prover de gente as suas largas e ricas conquistas...”

Por seu lado, num parecer, o Cardeal da Mota advertia: “... os (Estados) que carecem de fábricas, além de uma sujeição pouco decorosa em que se constituem pela dependência de outras nações, vivem pobres e sujeitos a uma extrema decadência.”»

Castelo Branco Chaves

MEMÓRIAS

«**C**omo já sabia por experiência que as hospedarias de Lisboa são autênticas cavernas de Caco e nelas se fica pessimamente alojado, preferi ir compartilhar da cama de um amigo a alojar-me em qualquer delas. Mais tarde percorri a cidade à procura de casas que tivessem nas janelas uns quadrados de papel branco que é a maneira que ali usam para indicar as casas que estão para alugar. Tive a sorte de encontrar facilmente um andar em condições. Depois fui à praça do Rossio, onde se encontra à venda tudo o que se deseja, e comprei os móveis necessários. Em menos de trinta horas tinha alojamento e estava instalado sem me faltar nada. Tal despesa não vai além daquela que se faria numa hospedaria durante dois meses, onde se seria maltratado e onde se teria de suportar a falta de maneiras de qualquer taberneiro francês, geralmente provençal, ladrão, maçador e, às vezes, pior que tudo isto. Esta gente prejudica sempre os seus hóspedes, ou seja, informando os comerciantes amigos do que fazem ou tencionam fazer os recém-chegados, indo o desaforo até lhes subtraírem documentos que

revelam as suas atividades. A isto está sujeito quem se vá instalar em tais hospedarias, pois os portugueses não albergam estranhos e os holandeses dão pior comida e são mais caseiros que os franceses.

Quando se monta casa própria, tem de se tomar ao serviço um desses galegos que acumulam as funções de criados, cozinheiros e moços de fretes e que, com um burrinho comprado adrede, vai às compras ao mercado e transporta a água necessária aos gastos da casa. Descobri um desses moços que sabia fazer sopa e assar carne. Assim, em pouco tempo me encontrei instalado em casa minha, a meu gosto e sem depender de ninguém. Aumentava a minha satisfação o encontrar-me ao abrigo da curiosidade importuna dos franceses de Lisboa que correm atrás de um estrangeiro como os corvos atrás do paciente que vai para a forca, no desejo de lhe comerem os olhos. Essa gente facilmente tira pela fisionomia do estrangeiro que acaba de desembarcar se ele provém dos países marítimos do Norte, se é inglês, holandês ou hamburguês, etc. Em tal caso perseguem-no por toda a parte, esforçam-se por alcançar-lhe a confiança e não o largam sem o terem roubado ou convencerem-se que perdem o tempo com quem se não deixa enganar ou não está em situação de lhe corresponder aos propósitos.»

«O forasteiro que chega a Lisboa tem de entrar com o pé direito. Se, por exemplo, é negociante, deve frequentar boas casas e não se acanalhar. Sobretudo deve manter oculta a situação dos seus negócios e não revelar os interesses que o levaram a Portugal, pelo menos durante os primeiros quinze dias. Se é um fidalgo e viaja para satisfazer as suas curiosidades, deve alojar-se da maneira que já disse, mesmo que não queira permanecer mais de dois meses em Lisboa. Depois da casa, deverá arranjar uma liteira, que é o meio de transporte usual, e, quanto a mulas, pode alugá-las formosas ou comprá-las medíocres numa feira. Nesse pequeno veículo irá visitar o Secretário de Estado, que de boa vontade o apresentará ao Rei. Em poucos dias contrai amizades, estabelece relações com diversos senhores e vive agradavelmente a seu gosto, contanto que se não dê a frequentar casas suspeitas e se não entregue aos excessos do vinho. Os portugueses desprezam os bêbedos, o Rei, que não bebe vinho, tem uma invencível aversão por todos que se dão a tal vício. Para o trato com mulheres não se pode bem dizer a que perigos se expõe um homem que satisfaça a sua paixão pelo belo sexo com mulheres da vida. Raramente deixará ficar prendado com certas lembranças de Vénus suficientes para amargurarem e fazerem arrependê-lo da imprudência. Se não se tratar imediatamente, é um homem perdido e se reincidir depois de uma primeira vez curado, não lhe chegarão dois anos para recuperar a saúde. Aqueles que queiram evitar essa desgraça devem procurar uma amante, o que facilmente se consegue mediante uma men-

salidade de seis moedas de ouro, ficando a mão da beldade responsável e o homem bem servido e livre de perigo.

E já que aludi aos terríveis perigos que se correm neste país frequentando as mulheres de má nota e às enfermidades de que os estrangeiros só aparentemente se curam, vem a talho de foice dar algumas informações acerca dos famosos banhos portugueses chamados *Caldas* que ficam para as bandas de Leiria e curam radicalmente as doenças venéreas em todos os graus. Vi eu o irmão do decano de todos os embaixadores do mundo, com uns setenta anos de idade, voltar dessas águas completamente curado. Antes de para ali o levarem, tinha a cabeça tão corrompida que quando ali se lhe colocava uma bala de chumbo, no sítio ficava cova, só por efeito do seu peso. A carne das pernas e dos braços parecia separar-se-lhe dos ossos. Fedia como cadáver e, apesar de tanto, ao sair desses banhos, firmava-se nas pernas como qualquer outro homem. Por isso os esculápios portugueses têm pouco trabalho com esse género de enfermidades, que ignoram completamente, e os estrangeiros que se confiam às mãos dos cirurgiões franceses ordinariamente acabam por ficar desenganados. O melhor partido a tomar, porém, é seguir uma vida ordenada, pois é o único preservativo contra tal espécie de enfermidades, que são, aliás, as únicas que temer nesse país, desde que se faça uso moderado do vinho, e se não coma carne à noite nem figos ou melão à tarde. Estas frutas, que à tarde são muito doentias, comidas de manhã e à hora do almoço são inofensivas. É de notar que a melancia é tão saudável que, sem quaisquer resguardos, se pode comer à tarde. O melão vulgar, esse, já é perigoso. Em Lisboa encontra-se grande variedade de fruta conforme estações, exceto groselha e framboesa que nunca ali vi. Os pêssegos de Coimbra e de Abrantes são muito formosos e não cedem em excelência aos da França.» pp. 134-136

«A infanta real de Portugal que veio depois a casar com o príncipe das Astúrias era então uma princesa de grandes esperanças e de um excelente caráter. As bexigas haviam-lhe maltratado cruelmente o rosto, mas é muito bem-feita de corpo, a sua pele é bela e pode considerar-se uma mulher esbelta. Fala várias línguas, como a rainha sua mãe, irmã do imperador Carlos VI que atualmente ocupa o trono imperial. O príncipe do Brasil nesse tempo era elegante. Como não falava francês, tomei a liberdade de lhe perguntar porquê, ao que sua Alteza Real me respondeu: *Minha mãe não quer*. Tendo-lhe replicado que a infanta real falava bem essa língua, disse-me: *Porque a mãe o quer*. É fácil de avaliar as razões que a rainha de Portugal teria tido para assim proceder.

A rainha de Portugal é uma digna e grande soberana, uma boa mãe

que educa a família real com inexcusáveis cuidados. Verdade é que o seu confessor, jesuíta alemão, teve excessiva influência na educação do príncipe do Brasil, que certamente se teria tornado príncipe perfeito sob todos os pontos de vista se o seu excelente caráter tivesse sido mais bem cultivado e o tivessem entregue aos cuidados de um homem mais próprio para educar príncipes. Pode dizer-se que as boas qualidades que possui as recebeu por hereditariedade dos pais.

Esta virtuosa princesa suportou com grande paciência a predileção que o rei teve por certo convento, o que então foi geralmente muito comentado. O rei, porém, venceu essa paixão com grandeza de alma própria de um grande príncipe e de maneira a servir de exemplo a todos os príncipes. Por tal procedimento se assemelhando a Luís XIV, cujas fraquezas e desvios não rebaixaram nunca a sua inteligência nem o seu coração.

O rei de Portugal, embora distraído nestas diversões, nunca deixou de manter as mesmas atenções com a rainha, pelo que a família real ficou muito numerosa, tendo resultado daquela errada paixão um grande bem e foi ele o de os conventos de freiras, que noutra tempo haviam sido casas bastante livres para a galanteria, se haverem convertido em santos retiros, dignos de servir de exemplo aos conventos de muitos outros países.

Não surpreende que os amores do rei tenham sido muito comentados porque a nobreza do reino ficou privada das suas mais usuais distrações, tendo também sido proibida a entrada e frequência nos conventos às pessoas de qualquer qualidade ou condição. O rei não isentou ninguém dos castigos em que incorrem aqueles que tenham a temeridade de desobedecer às suas ordens e foi público o desterro de um velho vice-almirante de sessenta anos de idade, castigado com a mesma severidade com que o teria sido qualquer mancebo por ter infringido a determinação régia.

O clero, principalmente os frades, protestou tanto como a nobreza, porque assim, proibindo-lhes a entrada nos conventos, se lhes reprimia a libertinagem. Até as freiras se lastimaram do rigor das reais ordens que as reduzia a uma reclusão pouco acomodada às suas inclinações.» pp. 141-143

«Conta-se que o rei, certo dia em que estava de mau humor com o ministro, lhe atirou com o tinteiro à cara, não obstante ser o secretário de Estado a pessoa do Reino de quem era mais amigo. O sábio velho abandonou as suas funções e meteu-se na cama, choroso, resolvido a não tomar alimento e a deixar-se morrer. O rei, muito penalizado por o haver maltratado, não tardou, com a generosidade que lhe é natural, a honrá-lo com a sua visita, na qual lhe falou terna e carinhosamente por forma a consolá-lo. Esta conduta mostra bem até onde chega o bom coração de D. João V. Mas, continuando: quando o secretário de Estado termina o seu trabalho com

o rei, volta a casa com o mesmo cortejo, informando cada um da decisão de Sua Majestade no que lhe respeita. A uns fala em particular e a outros em voz alta. Como não é possível que toda a gente fique satisfeita, acontece por vezes que as pessoas arrebatadas e violentas, principalmente mulheres, descontentes com a informação, o injuriem violentamente. Tem havido quem leve o furor até o ameaçar publicamente de morte. Então o prudente ancião limita-se a responder, sorrindo com doçura: “É melhor não pensar nisso, meu amigo, porque el-rei, meu senhor, vos mandaria enforcar, além de que assim haveríeis perdido uma pessoa que sempre vos favorece em tudo o que dele depende.” Então essas mesmas pessoas, arrependidas e chorosas, lançam-se-lhe aos pés e ele acaba por as abraçar como se fossem seus filhos. Geralmente então, o rei perdoa-lhes, a pedido do secretário de Estado, e concede-lhes alguma coisa do que pretendiam. Quanto maior não seria a felicidade dos povos se todos os príncipes fossem suficientemente sábios para escolher ministros tão moderados como este de quem acabo de falar.»

«D. João V dá regularmente audiência pública três vezes por semana. (...) A audiência começa pelos homens e acaba pelas mulheres. Falam de joelhos ao rei que está sentado num trono, debaixo de dossel e apoiado a uma mesa sobre a qual se coloca uma cesta cheia de pequenos cartuchos de moedas de ouro que Sua Majestade distribui caritativamente por aqueles dos seus súbditos que se encontram mais necessitados, especialmente mestrais e mulheres, o que faz com tanta destreza e discrição que poucos são os circunstantes que se apercebem do ato. Atravessam-se três salas contíguas e, quando se chega à última, encontram os pretendentes no limiar o porteiro da câmara, lugar que era exercido por António de Rebelo, carcereiro do rei D. Afonso enquanto seu irmão, o rei D. Pedro, o teve encarcerado em Sintra. O porteiro da câmara introduz dez pessoas de cada vez. Os grandes do reino estão de pé e encostados às paredes da sala. Acontece por vezes que o rei queira que as suas ordens sejam executadas imediatamente; então chama um desses senhores, entrega-lhes o memorial que lhe foi apresentado por alguma mulher e ordena logo ali o que há a fazer. Geralmente usa desse meio sempre que se trata de castigar maridos que maltratam suas mulheres, de filhos rebeldes a pai ou a mãe ou quando é preciso evitar raptos de mulheres ou raparigas. Estas audiências inquietam os maus juizes, os maus maridos e, em geral, todos aqueles cuja conduta é irregular. Até os ministros não estão isentos desse temor. El-rei não ignora nada do que se passa, porque cada um tem a liberdade de se lhe dirigir a informá-lo de tudo o que interesse ao bem do Estado ou interesse particularmente aos súbditos. As memórias que lhe apresentam são guardadas depois da audiência num saco verde que só se abre quando Sua

Majestade resolve fazê-lo, ou então são examinadas na sua presença por um fidalgo, um ministro e um oficial da câmara. El-rei determinou que o apresentante de cada memória escreva nela o seu nome verdadeiro ou convencionado. Na sala grande do palácio está afixada uma lista com esses nomes. Se o assunto é secreto, o rei guarda a memória na sua algibeira e volta a examiná-lo na intimidade, dando depois as suas ordens a quem teve a honra de lha apresentar.»

«O traje das senhoras é, no geral, muito galante. Quando vão à audiência, apresentam-se com uma espécie de manto ou vestido talar, que as cobre da cabeça aos pés, de maneira que todas se parecem, ficando, consequentemente, irreconhecíveis. Quando estão aos pés do rei e por assim dizer entre os seus joelhos, descobrem-se e deixam ver as belezas que certamente são de impressionar vagamente quem as vê. Contudo o rei conserva sempre a majestosa gravidade e o mesmo ar de bondade, o que muitas vezes suscita ousadias à requerente e não é raro que Sua Majestade se manifeste interessado. Nem o rei nem a suplicante podem ser ouvidos, encontrando-se os fidalgos bastante afastados e a suplicante imediata dista da que está a ser ouvida pelo menos dez passos.»

«Algumas vezes tem acontecido que, estando de serviço ao paço em dias de audiência, alguns nobres senhores, habituados aos abusos que antes do reinado de D. João V eram frequentes, tenham sido inconvenientes. Quando Sua Majestade era informado disso, mandava chamar depois da audiência esses senhores à sua câmara e a ocultas sovava-os com um paunodoso a que os portugueses chamam *cacetes*. É costume que vem do tempo dos mouros e tal castigo é uma advertência de que o culpado à primeira reincidência vai, em rigoroso degredo, malhar com o corpo nalguma fortaleza de Moçambique ou da Guiné, na África, nas Índias Orientais ou na América, ficando ali a servir como simples soldado. Foi o único meio que este príncipe encontrou para reprimir a soberba e a licença da nobreza de Portugal, que não tinha escrúpulo algum em se apossar da fazenda dos mercadores, pagando-as com pauladas quando não era de maneira pior. Esse costume está hoje abolido; cada um é obrigado a pagar aos seus credores que agora já não temem ser assassinados ou maltratados por exigirem a paga do que se lhes deve. O rei João soube sempre fazer respeitar a sua autoridade, o que forçosamente desagradava à fidalguia. Também as mulheres manifestam grande medo quando as ameaçam de vir Sua Majestade a ser informado das torpezas que cometem, o mesmo acontecendo aos maridos que mal se conduzem com suas esposas. Estes últimos são severamente castigados, mostrando-se o rei sempre muito impressionado com as desgraças do belo sexo.» pp. 146-149

...

«Fui por então informado de em Lisboa se estar preparando a celebração de um auto-de-fé. Voltei a Lisboa para poder assistir à festa. Chamo festa a essa horrível cerimónia por ela constituir para os portugueses um verdadeiro divertimento. Nesse dia podem as senhoras estar à janela adornadas com joias e enfeites como se fosse o dia do Corpo de Deus ou as procissões da Quaresma. Lisboa é uma cidade onde o Carnaval passa despercebido, mas na Quaresma realizam-se ali procissões tão divertidas como mascaradas venezianas. São dias de regozijo, especialmente para as senhoras. A visita às igrejas durante a semana santa faz, num só dia, mais cornudos do que na vida habitual durante todo o ano. As mulheres têm a liberdade de andar pelas ruas durante toda a noite, apenas embuçadas nos seus mantos negros; os galãs disfarçam-se com trajos de mulher e misturam-se na multidão. Os maridos tomam a precaução de fazer acompanhar suas mulheres por escravas que eles julguem fiéis à honra dos seus senhores. Essa fidelidade, porém, não está à prova dos presentes que recebem dos galãs, acabando por serem essas mesmas escravas que conduzem as beldades a casa dos seus amantes.»

«Posso falar com segurança acerca destes casos, embora nunca me tivesse resolvido a emporcalhar a semana santa com os pecados; quis, porém, verificar eu próprio a verdade do que me haviam contado e verifiquei que os meus informadores me não haviam mentido. Custou-me caro, mas fiquei inteirado de quanto é fácil, em tais ocasiões, satisfazer um homem os seus apetites. Também por essa altura aprendi, e no futuro me foi útil saber, os riscos que correm aqueles que usam desta espécie de encontros com pessoas que não conhecem e com as quais nunca trocaram palavra. É bastante arriscado em tais aventuras fiar-se alguém na boa-fé alheia e a ninguém aconselho tal aventura, especialmente se for estrangeiro. A vida dos estrangeiros vale pouco para os portugueses e é tanto assim que não houve Justiça em Portugal que tomasse em consideração a morte de cinquenta forasteiros que foram assassinados numa noite por andarem metidos em aventuras galantes. Em casos tais, a Justiça considera sempre os estrangeiros como culpados. Contudo há que convir em que, por intervenção do rei, Lisboa ficou quase limpa desses horrores porque, a não ser que qualquer se vá meter na boca do lobo ou se lance estouvadamente na desgraça, é possível andar agora com segurança na cidade. Um homem não se arrisca hoje a mais que a perder o chapéu, objeto que os portugueses roubam durante a noite e descaradamente ostentam no dia seguinte, pavoneando-se pelas ruas como se andassem a mostrar coisa honradamente adquirida, tal como em França fazem os ladrões aos furtos nas casas ricas, cujos donos sustentam pícaros.

Não darei aqui uma pormenorizada descrição da maneira como decorre um auto-de-fé. É matéria largamente divulgada e repetidamente nar-

rada sobretudo na *Relação da Inquisição de Goa* por Dellon, onde se diz que os portugueses até queimam os ossos dos mortos para terem direito a confiscar os bens que lhes pertenceram.» pp. 168, 169

«Faz-se mister advertir os estrangeiros que vão a Portugal e desejem assistir a esta cerimónia a terem o maior cuidado, nos dias de auto-de-fé, em não dizerem nem fazerem qualquer coisa que possa escandalizar a superstição dos portugueses. Devem escolher pessoas de muita confiança para os acompanharem a assistir à procissão porque os portugueses, nesses dias, estão tão excitados com a glória da Inquisição como noutros tempos estavam as bacantes com a glória do deus pagão. É difícil a um estrangeiro atravessar as ruas apinhadas de gente sem ouvir injúrias do povo miúdo, rosnadas entre dentes e que, de uma maneira geral, significam: *Também estes hereges deviam estar a contas com o Santo Ofício*. Os desgraçados que vão a queimar são unanimemente amaldiçoados e se algum dos assistentes tem ar compungido logo dizem *que estão lamentando os seus irmãos*. Por toda a parte o que se encontra são zelosos com exclamações deste género: *Que grande misericórdia! Bendito seja o Santo Ofício!*

Para um forasteiro evitar os insultos da canalha, o melhor é ficar sozinho numa janela, sem falar com ninguém e tendo na mão uma das folhas impressas com a relação dos nomes dos desgraçados penitenciados com a menção dos crimes, da sentença e dos suplícios que vão sofrer. Estando-se assim ocupado em tal leitura, evitam-se perguntas indiscretas e inúteis.

O padre brasileiro (...), que preferiu deixar-se queimar vivo a renunciar ao judaísmo, tinha pelo menos sessenta anos de idade. Não manifestou fraqueza nem se dignou responder, uma palavra que fosse, aos jesuítas e aos frades que lhe gritavam aos ouvidos, sem o poupar a injúrias. Os outros, que só seriam queimados depois do garrote, repetiram em voz alta as orações e litanias que os padres que os acompanharam iam recitando junto deles.

Tinham amarrado as mãos do sacerdote com uma corda tão fina e tão apertadamente que quase lhe cortava os pulsos. Bastava isto para ser um doloroso tormento; suportou-o desde as cinco horas da manhã até muito depois de ter anoitecido. Antes de o queimarem, arrancaram-lhe a pele das pontas dos dedos com que havia tocado a Sagrada Forma. Sofreu o fogo e não disse mais que estas palavras: *É uma grande infâmia e uma enorme vergonha tratar deste modo a um homem que morre por afirmar que só há um Deus verdadeiro. Deus vos castigará, desgraçados, por de tal maneira o ofenderdes*.

Agitando a túnica que vestia, tentou afastar as chamas, mas tendo-se

pegado o fogo à véstia, o sacerdote entregou a alma ao Criador, ficando reduzido a cinzas.» p. 178

«Quando os portugueses de certa qualidade viajam, vão-se alojando de convento em convento e, se não fosse assim, muito havia de que os lastimar.

O meu arrieiro levava a libré do rei e as suas armas bordadas na manta do cavalo. Isso bastava para que um homem fosse respeitado em todo o reino. Sem semelhante precaução não aconselho a nenhum estrangeiro a que se afaste dos caminhos principais, porque os portugueses de tudo desconfiam.

De um modo geral, Portugal pode ser considerado como um excelente país, não obstante a falta de chuvas de que sofre. As terras produzem quase sem trabalho e indemnizam abundantemente os cuidados com o seu cultivo. Embora o reino seja pequeno, mais de metade dele está por cultivar. Comarcas inteiras encontram-se cobertas de papoilas, donde, na Grécia, se extrai o láudano. Quando os portugueses querem cultivar um trato de terreno nestas condições, pegam fogo ao mato da extensão que julgam necessário e com essas cinzas adubam as terras, obtendo assim abundantes colheitas. Que riquezas não extrairia Sua Majestade dos seus Estados se eles fossem povoados por anabatistas e outras gentes laboriosas! Não hesito afirmar que este reino, embora pequeno na Europa, podia converter-se em fornecedor dos seus vizinhos de toda a espécie de frutos que a terra pode produzir.

Em Portugal encontrei várias fontes de águas minerais de toda a espécie e, até, como as de Schawalback, na Alemanha. Estas últimas são muito convenientes aos portugueses para lhes acalmar a excessiva vivacidade, os espíritos vitais e purificarem o sangue do que, aliás, estão muito necessitados. Mas são estas águas outros tantos tesouros a acrescentar aos outros tantos dons e tesouros que os portugueses deixam sepultados nas entranhas da terra.»

«A cidade de Coimbra não se avista ao longe. (...) A sua universidade, que teve fama no mundo, vale hoje muito pouco. O latim que ali se fala nas sabatinas escolares é uma algaravia, metade italiana, metade portuguesa — o que me surpreendeu. A Inquisição conserva ali toda a sua autoridade, sendo os inquisidores verdadeiros potentados. Estranhei ver um laçao que mostrava um punhal e uma pistola, que lhes saíam fora dos bolsos dos calções, o que ninguém ousaria trazer em Lisboa, mesmo sendo laçao. Manifestei a minha surpresa a um velho francês estabelecido na cidade, que me respondeu tratar-se de um criado do inquisidor, pelo que podia fazer o que quisesse sem que houvesse censura, assegurando-me de que não havia de ver mais ninguém adornado com tais armas.

Encontrei-me tão mal alojado na pousada de Coimbra como estaria na do pior dos povoados. Com grande espanto meu, vi ali as pessoas comerem sem sequer se servirem das mãos. A cada pessoa era dada, num prato, a sua ração de favas brancas e judias em pirâmide; cada um inclinava-se e às dentadas ia tirando do cogulo as favas, assim à maneira de como os macacos comem sopas. Não havia nem colheres nem garfos nessa pousada e a mesa estava apenas munida de uma só faca que passava de mão em mão.

No dia em que cheguei a Coimbra havia mercado. Vi as mulheres no pino do calor, ocupadas numa pequena mas asquerosa tarefa. Agaravam os maridos pelos cabelos e, encostando-lhes a cabeça no colo, catavam-nos. A colheita era abundante e produto sem dúvida excelente, porque essas porcas, certamente para provarem quanto gostavam dos maridos, de vez enquanto trincavam os piolhos e pareciam achá-los deliciosos. Os maridos, por sua vez, pagavam na mesma moeda às mulheres estas galanterias. É corrente em Portugal as pessoas que têm o cabelo comprido terem-no içado de tal miséria. Conheci senhoras de distinção e de uma grande beleza que se encontravam bem providas de semelhante bicharia. Não gostam de se pentear mas empoam-se várias vezes no dia, enchendo a cabeça de caracóis postiços que são verdadeiros coios de piolhos.» pp. 191-193

«Como os portugueses estão convencidos de não ser possível que um homem se encontre só com uma mulher sem ir logo às do cabo, se lhe provarem o contrário e se lhes meter pelos olhos dentro um bom comportamento em tal matéria, eles acabam por ter tanta confiança no homem que manifesta tal continência e modéstia como a que mantêm pelos padres confesores aos quais deixam fechados em casa com as suas mulheres quando se ausentam, não obstante terem conhecimento dos episódios escandalosos que os frades oferecem quotidianamente e são do conhecimento público. Nunca pude explicar porque sendo os portugueses tão ciumentos, abrem assim as portas das suas casas aos frades, apesar de tudo o que se conta da sua incontinência. Estou até convencido de que tudo o que se conta do seu atrevimento com as mulheres é ainda uma pálida sombra do que estes frades são capazes de fazer para satisfazer a sua luxúria. É necessário, porém, não abranger neste conceito os padres jesuítas, cujo procedimento é circunspecto e regular em Portugal, como, aliás, em toda a parte, excetuando Mannheim. Ali, como observámos em várias ocasiões, andam sós de casa em casa, o que não só é contrário às regras do fundador da ordem, mas criam suspeitas que não os honra. Fora dali nunca vi nada de semelhante, nem mesmo na Suíça, onde estes padres são muito poderosos e podem impunemente fazer o que entendem.

Devo advertir os estrangeiros a serem muito circunspectos em aceitar convites de qualquer português porque a retribuição lhes sairá muito cara, pois esta gente censura aqueles que os não obsequeiam à sua maneira. Assim, se é a altura de haver perus, será necessário um peru para cada convidado, e vi frequentemente portugueses que, de uma assentada, comiam uma perdiz, um frango, uma galinha, sem por isso deixarem de fazer honras aos pratos restantes que enchiam as mesas. Em Portugal só se aprecia o assado e até a caça mais delicada, excessivamente passada ou cozida, quase reduzida a pó. Um peru deve ser cozinhado por forma a poder ser partido com os dedos.

Usam comer o cozido depois do assado. As sobremesas preferidas são manjar branco, geleias, gemas de ovos revestidas de açúcar tal como em França o são com sumos. Os doces líquidos comem-nos à colher e num abrir e fechar de olhos ingerem uma libra deles. Em cima, bebem água e depois voltam a comer outras espécies de doces. Não sabem o que são saladas, cebolinhas e outros aperitivos. O melhor dos seus doces secos é, quanto a mim, a abóbora coberta. Gostam muito de framboesas e de groselhas, que não se cultivam em Portugal.»

«Raramente nos dão em Portugal copos bem lavados, a apresentação da mesa não é má, mas os portugueses ignoram as boas maneiras e servem os seus convidados com os dedos que acabaram de meter na boca.» pp. 229, 230

MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, *Memórias Instrutivas Sobre Portugal 1723-1726*, in *Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, 2.^a edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

DO CAIA AO PAÇO
DA RIBEIRA 1729

CHARLES ALEXANDRE DE MONTGON



«As hospedarias que um estrangeiro podia então encontrar nesta cidade (Lisboa) eram tão más como as que se encontravam pelo caminho. Fazia-se mister mobilá-las para as tornar habitáveis ou então resolver-se cada um a sofrer tudo o que a falta de asseio tem de insuportável.»
«Acrescentarei que a excelência do clima e a doçura da vida tornam os portugueses mandriões, ociosos, conformados com a condição medíocre.»
CHARLES DE MONTGON, 1729

NOTA INTRODUTÓRIA

«(...) Este abade de Montgon, ou Mongone como lhe chamaram os Portugueses, foi agente secreto de Filipe V de Espanha, intrigando e investigando para este monarca e, principalmente, para sua segunda esposa, a rainha Isabel Farnésio. Bisbilhotou diversas negociações internacionais e enredos políticos nas cortes de França, Viena e Espanha principalmente.

A Portugal veio apenas para poder informar os reis católicos da maneira como era recebida a infanta espanhola.

D. Mariana Victória, a rejeitada noiva de Luís XV, que vinha para Portugal como princesa do Brasil, pelo seu casamento com o príncipe D. José.

Montgon acompanhou a família real espanhola até à fronteira de Caia, assistiu à troca das princesas noivas, D. Maria Bárbara de Bragança com o príncipe das Astúrias, futuro Fernando VI, e D. Mariana Victória de Bourbon com o futuro rei de Portugal, D. José I. Seguiu depois para Lisboa...»

«Montgon não deixou perpetuado nas suas Memórias o cumprimento gentilíssimo que aqui se narra e se D. João V o soube, muito lhe devia ter agradado. Mas esta omissão não foi única; muitas outras houve, e mais importantes. Quando se refere aos adiamentos da partida da corte de Espanha para a cerimónia no Caia, omitiu as cenas que Filipe V por várias vezes fez, dizendo que não queria encontrar-se com o rei de Portugal, nem deslocar-se até Badajoz para participar numa cerimónia que considerava dispensável.

A narrativa de Montgon é curiosa; chega a dar a impressão que no Caia, no caminho para Lisboa e até em Lisboa, os reis, a corte, nobreza, embaixadores e ministros eram apenas meros personagens de uma comédia que se representava num palco perante uma plateia vazia. Montgon não reparou num campo, numa árvore, numa plantação; não viu um monumento, não observou um costume. Por ele, Portugal dá a impressão de ser apenas um rei e uma corte sem reino.

No entanto, parece que uma das missões de Montgon era tratar com D. João V da sua reconciliação com o infante D. Manuel. Contudo nada transpirou, pois, como dizia o agente francês, o abade era homem muito fino e desembaraçado.» pp. 91-93

Castelo Branco Chaves

DO CAIA AO PAÇO DA RIBEIRA

«As hospedarias que um estrangeiro podia então encontrar nesta cidade (Lisboa) eram tão más como as que se encontravam pelo caminho. Fazia-se mister mobilá-las para as tornar habitáveis ou então resolver-se cada um a sofrer tudo o que a falta de asseio tem de insuportável. O senhor de Montagnac, côsul da França, que estava então como encarregado dos negócios do rei, livrou-me destes dois inconvenientes, cedendo-me um quarto em sua casa. Ele habitava então uma casa situada na margem do rio, o que a tornava extremamente agradável, acrescentando para mim a aprazível amizade que tanto a ele como à senhora sua esposa vim a merecer. Esta estima conservou-a ele em circunstâncias bem diferentes desta, como terei ocasião de contar. É preciso considerar verdadeiramente sincera a amizade que em semelhantes transes não desaparece.

Não devendo chegar Suas Majestades portuguesas senão sete ou oito dias depois da minha chegada, decidi aproveitar o tempo indo a Mafra, onde o rei estava construindo um palácio, um convento e uma igreja. Este último edifício é todo em mármore, quer no interior, quer no exterior, e onde se empregava tudo o que o possa tornar magnífico. Creio que o convento poderá albergar pelo menos 300 religiosos, tendo-me surpreendido o refeitório pela sua vastidão. Quanto ao palácio, quando ali estive, ainda ia no princípio da construção.

Na volta tive a curiosidade de visitar algumas quintas, ou casas de campo, mas poucas encontrei que merecessem a visita. Não fui melhor compensado dos incómodos na visita a Odivelas, de que o duque de Ri-

chmond, com quem jantara em casa do Milorde Tyrawley, nos falara com insistência. É um convento de bernardas, sito a duas léguas de Lisboa. Existem ali, segundo me disseram, cerca de 500 religiosas, irmãs ou pensionistas. A descrição que o duque de Richmond me fez do hábito das primeiras, que tinham tanto de secular como de religioso e muitas outras circunstâncias particulares que ele me contou, despertou-me o desejo de fazer esta viagem. Um confessor deste convento, que eu encontrei, conduziu-me ao locutório da abadessa, onde ela se encontrava com muitas religiosas, todas vestidas com os hábitos da sua ordem, sem mistura alguma dos garridos enfeites de que o duque de Richmond me falara. A igreja é um edifício antigo e não tem de notável senão o coro das freiras que me pareceu extraordinariamente grande.

Como a senhora princesa do Brasil, em Vila Viçosa, tivesse tido um pequeno incómodo, Suas Majestades portuguesas só chegaram a Lisboa no dia 12 de fevereiro. Embarcaram neste dia em Aldeia Galega, com o príncipe e a princesa do Brasil, numa galeota magnífica, acompanhada por um grande número de outras também muito enfeitadas. Suas Majestades e Altezas desembarcaram junto a uma igreja dedicada à Virgem Santa, onde fizeram as suas orações. Cumprido este dever religioso, tornaram a embarcar e passaram em frente de toda a extensão da cidade, por entre os navios que se encontravam então no porto, em grande número, todos com as suas bandeiras desfraldadas. Atracaram num cais que tinha sido construído em frente de um palácio real em Belém, no qual Suas Majestades jantaram. À tarde, fizeram a sua entrada com o príncipe e a princesa pela porta de Alcântara. As ruas estavam engalanadas e por vários sítios tinham-se erguido mais de 20 arcos triunfais. O cortejo era de mais de 100 coches, cada um dos quais puxado por 6 cavalos. O rei e a rainha, em toda esta pompa, dirigiram-se à Capela Real, onde o patriarca os recebeu à frente do Cabido, assistindo Suas Majestades ao *Te Deum* que então se cantou em ação de graças.

Durante esta cerimónia subi aos aposentos do palácio para ver passar Suas Majestades. Sendo muito grande a multidão de cortesãos que os enchia, meti por uma sala onde havia menos gente, calculando que dali podia satisfazer a minha curiosidade mais a meu gosto. Fui então abordado por um eclesiástico que também ali se encontrava e travei conversação com ele. Ao fim de alguns minutos de conversa, disse-me que a sala em que nos encontrávamos estava destinada unicamente aos ministros estrangeiros e aos grandes, e que era conveniente não esperarmos que nos convidassem a sair. Tomei este partido e, passando à sala imediata, fui ocupar, na sua companhia, um lugar onde me assegurou que podíamos ficar.

O rei passou poucos momentos depois e, tendo-me avistado, numa nova manifestação da sua bondade, disse ao conde de Assumar, um dos

seus primeiros gentis-homens da câmara, para me conduzir à sala que eu acabara de abandonar. Recebi esta distinção, que, como é fácil de crer, foi muito notada, com todo o reconhecimento que ela merecia, e como a maior parte dos fidalgos portugueses com quem me encontrei eu já conhecia do pavilhão da entrevista e de Elvas, eles apressuraram-se a dar-me toda a espécie de atenções e a colocar-me em lugar de onde eu pudesse ver as cerimónias das audiências que o rei deu aos diferentes corpos que vieram saudar Sua Majestade.

Para que tudo acorresse a celebrar a chegada da senhora princesa do Brasil, a cidade e os barcos puseram luminárias. A situação desta capital em anfiteatro e com muitos pontos elevados dava às iluminações um aspeto tão singular como magnífico e as do porto, o qual se estende até à Torre de Belém, acabava por tornar este espetáculo verdadeiramente digno de interesse.

Tendo o marquês de Abrantes terminado a sua embaixada com o casamento das duas princesas, seguiu o rei seu amo para Lisboa. Foi com prazer que o encontrei no palácio onde tinha aposentos. Continuou este senhor a dar-me as mais sinceras provas da sua amizade. D. Ana de Lorena, sua filha, era camarista-mor da senhora princesa do Brasil e era bem merecedora deste cargo, tanto pela graça e justeza do seu espírito, como pela sua virtude e nascimento.

No dia imediato ao da sua chegada, Suas Majestades portuguesas deram audiência aos cardeais, ao patriarca e aos ministros estrangeiros. O marquês de Capecelatro, embaixador da Espanha, cuja casa eu frequentava muito, disse-me que estando eu em Lisboa, era conveniente ser apresentado ao rei, e ofereceu-se obsequiosamente para me prestar este serviço. Aceitei o oferecimento e fomos ambos ao palácio. Este ministro, depois de ter feito os seus cumprimentos ao rei, apresentou-me a Sua Majestade que recebeu a minha vénia com semblante sorridente e gracioso. Sem mais circunlóquios, disse ao marquês de Capecelatro que já me conhecia, tendo-me visto em Elvas. Depois disto, reunimo-nos aos cortesãos que cercavam Sua Majestade. Pouco depois o rei chamava-me e logo que me aproximei dele, deu-me a honra de me falar da minha viagem a Lisboa com uma benevolência tal que bem revelava o desejo que tinha Sua Majestade em me distinguir. Tal desejo, que não escapou aos presentes, conquistou-me em toda a corte as mais penhorantes atenções durante toda a minha permanência.

Este monarca sabia com perfeição juntar a dignidade, que deve sempre acompanhar a majestade real, à afabilidade que conquista os corações. Para isto muito contribuiu a sua presença que no tempo a que me refiro era simpática e distinta. Assim pareceu a todos os que tiveram a honra de o ver no pavilhão da entrevista e em Elvas.

O conde da Ericeira e o senhor de Montagnac contaram-me dois casos passados entre este príncipe e o rei Luís XIV, que honram a ambos e merecem ser registados. Contaram-me eles que por ocasião da morte do rei D. Pedro, em 1706, Sua Majestade Cristianíssima mandou propor ao novo rei de Portugal para, aproveitando a liberdade que o seu advento ao trono parecia facultar-lhe, se desligar da aliança com as potências coligadas contra as coroas de França e de Espanha e reunir-se a estas. Tornando-se insistentes as solicitações, Sua Majestade portuguesa escreveu ao rei dizendo-lhe que se depois de ter ponderado maduramente as razões que o impediam de aquiescer às suas propostas, Sua Majestade Cristianíssima ainda julgasse que o rei de Portugal podia aceder, sem deixar feridos os interesses da sua reputação e dos seus Estados na Europa e nas Índias, ele então acederia a tomar tal decisão. Este generoso procedimento foi compreendido pelo grande príncipe a quem se dirigia e a fim que o monarca português conhecesse, por seu turno, toda a elevação e magnanimidade dos sentimentos de Sua Majestade Cristianíssima, respondeu-lhe que sensibilizado com a confiança testemunhada e bem longe de abusar dela, tendo examinado os motivos que o levaram a manter os compromissos assumidos pelo rei seu pai, considerava-os justos e aconselhava-o, conseqüentemente, a não mudar de propósitos até que a Divina Providência lhe proporcionasse o meio de reatarmos a antiga amizade e a aliança que existia entre os dois reinos.

A paz que foi assinada em Utrecht, tendo causado este ensejo, projectou o rei de Portugal a viajar pelas diferentes cortes da Europa e tendo-o comunicado ao rei de França, pediu-lhe a sua aprovação. Sua Majestade Cristianíssima escreveu-lhe então aconselhando-o a desistir de tal projecto, fazendo-lhe notar as conseqüências que daí adviriam. Este monarca falava ao rei de Portugal como o faria a um seu filho, e a sabedoria dos seus conselhos levou Sua Majestade portuguesa à resolução de não sair dos seus Estados. Por aqui se vê que a amizade e confiança que existia entre estes dois príncipes era baseada no alto apreço que tinham um pelo outro.

Durante a minha estada em Lisboa, tive frequentemente ocasião de ver D. Diogo de Mendonça Corte Real. Convidou-me a jantar na sua *Quinta* a fim de, conforme me confessou, conversar mais à vontade. Pareceu-me que era sua intenção, dada a maneira amável como me recebeu e pelo ensejo que me oferecia, me dar ocasião de eu lhe falar do estado dos meus negócios e dos contínuos contratemplos que os embarçavam. Ambos conversámos confiadamente e eu fiquei rendido às prevenções e conselhos que me deu, os quais não foram dados com esse ar misterioso que quase sempre têm os ministros. Terminou dizendo-me que o devia considerar não só como um amigo, mas como um pai, pois tais eram os sentimentos que me dedicava. Mais me disse que tinha um sincero pesar em reconhecer até

que ponto eu estava exposto aos ataques da inveja. E acrescentou: “De resto deveis confessar-me abertamente se necessitais de qualquer auxílio, porque vos declaro que tenho ordem do rei para o perguntar e para vos dar tudo o que vos for preciso. Podeis”, disse-me, “contar sempre com a proteção de Sua Majestade que tão bem informado está acerca da vossa pessoa e vos dedica verdadeira estima.”

Eu estava tão pouco acostumado à amizade e simpatia que encontrava em Portugal, que fiquei sensibilizado e deveras reconhecido. Manifestei a D. Diogo de Mendonça, tanto quanto me foi possível, estes sentimentos, pedindo-lhe sinceramente que não considerasse diferentes os meus sentimentos por ele dos que lhe dedicava o seu filho, o senhor abade de Mendonça. Quanto à nova graça que ele me informava ser desejo do rei conceder-me, disse-lhe ser este o cúmulo de tantas obrigações que eu já devia a Sua Majestade, mas que com a gratificação que se dignara conceder-me e com a que havia obtido do rei de Espanha me julgava seguro de não cair, pelo menos durante algum tempo, nos embaraços em que vivi em Madrid. Consequentemente não desejava abusar da generosidade verdadeiramente real de Sua Majestade, mas apenas insistia em pedir a continuação da sua alta benevolência. “Agrada-me o vosso desinteresse”, replicou-me D. Diogo de Mendonça, “mas não obstante permiti que vos aconselhe a não exagerar. A vossa corte parece-me estar em gosto de viajar e esta circunstância obriga-vos a aumentar muito as vossas despesas. Os rendimentos que tendes são medíocres e nem sempre se reparará nisso, e o desafogo em que presentemente vos considerais desapareceria mais depressa que julgais. Aproveitai pois a bondade do rei e, repito-vos, não tenhais escrúpulos em tal matéria, porquanto é com prazer que Sua Majestade vos dará até o dobro do que haveis recebido. A questão é que aceiteis.”

A insistência cordial de Diogo de Mendonça não logrou demover-me. Continuei a recusar outra gratificação, contentando-me em pedir a conservação da boa vontade com que me distinguiam, para a utilizar de futuro, caso necessário.

Este venerável ancião (tinha cerca de 72 anos) não limitava a sua bondade apenas à minha pessoa; pode dizer-se que todos os que dele se aproximavam encontravam nele uma paciência e uma afabilidade pouco comuns nos que ocupam lugares como o seu. Nunca conheci ministro algum que como ele fosse assim alheio à altivez e ao orgulho. Diariamente, na sua audiência ou quando ia ao palácio, via-se rodeado por uma multidão de pretendentes, uns que lhe falavam, outros que lhe puxavam a casaca ou a capa para se fazerem escutar, o que tudo era de molde a excitar a impaciência. Muitos, e entre estes as mulheres, voltavam à carga com verdadeira impertinência. Apesar disto, ele escutava todos com uma doçura e uma amenidade

encantadora. Respondia ponderadamente sem repelir ninguém. Duas ou três vezes fui testemunha do que conto e era sempre com a mesma surpresa que notava tanta equanimidade num ministro encarregado de quase todos os negócios desta monarquia.

Apesar de ser muito grande a confiança que depositava em D. Diogo de Mendonça, o rei, porém, desejava estar informado de tudo e verificar como eram cumpridas as ordens dadas em seu nome. Os súbditos gozavam da liberdade de exposição dos interesses que lhe respeitavam. Sua Majestade, na época a que me estou referindo, dava audiência pública duas vezes por semana. Um dia era destinado a ouvir as pessoas de condição e outro as pessoas de qualquer estado ou fortuna. Independentemente deste meio para ficar a conhecer os atropelos e injustiças que se faziam, havia ainda um outro que consistia numa caixa, fechada à chave, semelhante às dos postos de correio, onde todos podiam ir lançar as suas memórias, as quais, por esta forma, subiam até ao rei.

De tudo se abusa, e tanto a malignidade como a inveja se mascaram frequentemente com as aparências de zelo e de boa-fé. Há portanto que convir que nada deve contribuir tanto para manter num Estado a boa ordem e a justiça, como a convicção do povo que obedece a um senhor que é inimigo da desordem e da injustiça e atentamente fiscaliza a conduta daqueles a quem confiou parte da sua autoridade.

Grande número dos dias que estive em Lisboa passei-os em casa do tio marquês de Capelatro que, assim como a senhora marquesa, sua mulher, me cumulou de provas de estima. Atrevo-me a confessar que iguais sentimentos conquistei em todos os que conheci e frequentei, especialmente a condessa de Calheta, irmã do cardeal de Rohan. Tanto pelo carácter como pela fisionomia, assemelhava-se muito a seu irmão, e a sua casa, onde se reunia a melhor sociedade, era tão agradável como os convivas. O senhor e a senhora de Montagnac, em casa de quem me hospedava, mantinham estreitas relações com esta senhora, e a prova evidente que me deram os três da sua bondade, em várias circunstâncias que a seu tempo contarei, fez com que lhes ficasse verdadeiramente dedicado.

Às satisfações que um particular busca em uma corte estrangeira raramente se mistura qualquer sensaboria, quando se sabe que ele não tem pretensões. A curiosidade não tem então concorrentes e não desperta nem inquietações, nem ciúmes; pelo contrário, toda a gente se põe, à compita, a ver quem é mais agradável. A tranquila situação que eu desfrutava em Lisboa, diferentíssima da que me aguardava em Espanha, fazia com que não tivesse pressa de ir viver entre intriguistas que desejavam persuadir as gentes, constituir uma espécie de sacrilégio semelhante aos que se praticam contra o Espírito Santo, sem remissão nem neste nem no outro mundo,

ousar dizer que nem sempre o cardeal de Fleury tinha razão. Entretanto, como já permanecia em Lisboa havia cinco ou seis semanas e como nada havia que justificasse por mais tempo a minha permanência, que podia não agradar à Espanha — resolvi partir.» pp. 112-120

MONTGON, Charles Alexandre de, *Do Caia ao Paço da Ribeira 1729*, in *Portugal nos Séculos XVII e XVIII. Quatro Testemunhos*. Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Lisóptima Edições, 1990.